ESTADO DO AMAZONAS

MENSAGEM

à

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Apresentada pelo Excelentíssimo
Senhor Governador

DANILO DUARTE DE MATTOS AREOSA

-1970-

SENHOR PRESIDENTE,

SENHORES DEPUTADOS:

Em cumprimento a imperativo constitucional, comparecemos a esta nobre Assembléia — e o fazemos com satisfação — para lhes apresentar a Mensagem ânua que reflete a ação governamental no decorrer do exercício de 1969.

O último ano da extraordinária década dos sessenta, foi de intenso trabalho para a administração, que, graças a atuação de sua equipe de auxiliares, conseguiu levar de vencida as metas inseridas no Plano Qüinquenal do Govêrno estadual, como Vossas Excelências poderão verificar, através da leitura dos capítulos que integram esta Mensagem.

Apesar das apreensões com que iniciamos o exercício financeiro de 1969, conseqüência da redução em 50% do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, por fôrça do Ato Complementar 40, conseguimos, no entretanto e com muito esfôrço, mediante um rigoroso contrôle, manter o equilíbrio financeiro, permitindo a aplicação de mais de trinta e três milhões de cruzeiros novos, em obras de infraestrutura, além da concessão de um abono para o funcionalismo estadual, em bases que traduziram as reais possibilidades do erário estadual naquela oportunidade, esperando-se que, no decorrer do exercício em curso, possa o Govêrno melhorar um pouco mais os padrões de vencimentos do funcionalismo estadual, devendo-se ressaltar, ainda, que o Estado encerrou o exercício financeiro de 1969, com seus compromissos pràticamente em dia.

Temos orientado a nossa administração no sentido de proporcionar melhores condições de vida para a população do Estado, dentro de um clima de liberdade, de paz e respeito aos

direitos individuais consagrados pela Democracia, único regime que nos permite viver com dignidade, assegurando aos homens a justiça social.

O Plano Qüinquenal deflagrado em 1968, continuou no ano passado a ter execução normal, calcado naquela filosofia adotada pelo nosso Govêrno de que o desenvolvimento deve considerar acima de tudo o homem e seus elevados fins, pois desenvolvimento econômico rigorosamente materialista termina em neurose.

E esta tem sido a meta principal do Govêrno do Estado, para o que vem levando a efeito, um programa que objetiva sobretudo criar condições imprescindíveis ao desenvolvimento social e econômico de nosso Estado e oferecer maior bem estar social a nossa população.

E, para tanto, procurando fugir aos critérios tradicionais das soluções improvisadas, procuramos com um trabalho racional e planificado, orientar a ação da Administração Pública, respaldada pelo espírito da nova dinâmica do Govêrno Revolucionário.

Realizações de um Plano

Em uma síntese muito rápida, poderíamos gizar o esfôrço e o trabalho efetivo dos setores do Govêrno estadual nestes últimos períodos administrativos, tendo como orientação o Plano Qüinquenal.

Dada a premissa básica de que sem educação não se efetiva vigorosamente o desenvolvimento econômico, o Govêrno teve a sua ação voltada para a solução dos grandes problemas educacionais do Estado. A estatística fria dos números mais do que as palavras de uma exposição, revelam o considerável crescimento da rêde escolar pública em apenas um triênio : o ensino primário da Capital de 34.200 matrículas em 1966, alcançou em 1969, 60.400, com um acréscimo, em números absolutos de 26.200 novas matrículas, enquanto que para o interior o acréscimo foi da ordem de 36.787 matrículas, passando-se de um total de 45.200 em 1966, para 81.987 matrículas no ano passado.

No que respeita ao ensino médio, foram bastante alentadores os índices de progresso atingidos nestes últimos três anos.

Quatorze novos ginásios foram instalados no Interior e dez na Capital. As matrículas em 1969, na Capital, alcançaram a casa dos 18.800 e no Interior 1.900, ressaltando que em 1966, eram apenas 9.900 e de 100 respectivamente.

A precariedade do ensino nos municípios amazonenses, foi por nós constatada pessoalmente, durante as viagens de observações que empreendemos desde 1967, num total de quase trinta, cujas distâncias percorridas em milhas, atingiram a 8.212, além de mais de 900 kms. através de rodovias e quarenta horas de vôo.

Ao lado dessas medidas básicas, o setor educação deflagrou uma larga programação infraestrutural, visando, coerentemente, o aperfeiçoamento e a instauração de uma política cultural consciente e dinâmica.

Merecem ênfase especial as providências que estão sendo tomadas para a implantação de uma estação de rádio e uma televisão educativa, com que procuraremos suprir as deficiências da área, objetivando especialmente estabelecer um programa de comunicação e educação de massa, quando é sabido que as populações do interior do Estado ouvem freqüentemente emissôras estrangeiras que transmitem seus programas em português, sem que a potência das emissôras brasileiras possa alcançá-las.

No que diz respeito à saúde, teve o Govêrno do Estado a preocupação de realizar um planejamento realista, onde se destaca, como ponto de honra, a assistência às populações de longas datas desamparadas do hinterland. Consubstanciou-se esta preocupação, na organização da Superintendência dos Serviços Médicos do Interior — SUSEMI, — que tem por objetivo a execução de um plano para construir, instalar e equipar unidades médicas terrestres e móveis que atenderá tôda a vasta área dos municípios interioranos. Além dêste programa de larga envergadura, o Estado não tem se descurado de suas atividades básicas na Capital, também desenvolvendo sua ação nas unidades que integram a rêde hospitalar do Govêrno.

No tocante ao saneamento, mòrmente no que se relaciona com o problema de abastecimento de água, tiveram prosseguimento no ano passado, as obras de implantação do novo sistema de abastecimento de água de nossa capital, empreendimento que

irá solucionar, em têrmos definitivos, a questão da escassez do fornecimento de água a Manaus, cuja população vem sendo sacrificada em decorrência de um serviço que chegou ao seu ponto de exaustão, tornando-se obsoleto e precário.

No setor de transportes, orientou-se o Govêrno pela preocupação máxima com a integração do Amazonas, através de uma vinculação rodo-administrativa a Brasília, ao grande sistema brasileiro de rodovias. Para isso, desenvolvem-se em larga escala, trabalhos na estrada Manaus-Pôrto Velho que interligará o Estado ao sul do país, utilizando-se a ligação de Rondônia com o eixo da rodovia Belém-Brasília.

Outro projeto de grande envergadura, atacado no setor transporte foi a estrada Manaus-Caracaraí, que conta igualmente com a atenção especial do Govêrno Federal, por considerar da maior relevância o papel das rodovias no processo de integração e ocupação da área amazônica.

Da mesma forma, as telecomunicações assumem fundamental importância, no contexto das medidas atinentes à ocupação e ao desenvolvimento da Amazônia, que representa no quadro físico do Brasil metade de sua extensão territorial.

E, neste particular, o Estado vem ativando o seu programa, com a instalação de uma rêde de estações rádiotelefônicas que cobrirá todos os municípios amazonenses.

Sistema nacional

Enquanto isto, cuidou o Govêrno Federal de romper a barreira do silêncio em que, por longas décadas, permaneceu a nossa região, principalmente o setor ocidental.

Para tanto, a Emprêsa Brasileira de Telecomunicações firmou contrato para a implantação do Sistema de Telecomunicações da Amazônia, cujo programa deverá estar concluído até fins de 1971. Todavia, para a inclusão da Amazônia Ocidental no Plano Nacional de Telecomunicações, a partir dêste ano, o Govêrno do Estado teve que se empenhar àrduamente, pois do contrário sòmente daqui a dois anos, é que teriam início os estudos para execução desta obra.

Portanto, graças a atuação decidida do Govêrno do Amazo-

nas, apoiado pelos das demais unidades da Amazônia Ocidental, obteve-se a decisão do Govêrno Federal, favorável aos legítimos interêsses de nossa região.

Senhores Deputados:

Dificilmente poder-se-ia dar ao povo amazonense uma visão, mesmo pálida, do esfôrço que se desenvolveu para alcançar os resultados que vimos de referir. Êsse esfôrço, conduzido e liderado pelo nosso Estado, teve o apôio dos Governadores da Amazônia Ocidental, cujos interêsses defendemos com tanto empenho quanto os nossos próprios. E, por isto, a vitória alcançada, que é tanto dêles quanto nossa, pode também ser creditada ao corajoso empenho com que defendemos os interêsses do Estado e da região.

Outros setores

O Govêrno continua desenvolvendo intensas atividades, para diminuir o deficit de habitação em nosso Estado, fazendo-se sentir sua atuação, nesse particular tanto na Capital como no Interior. O total de casas construídas até esta data é da ordem de 3.500 unidades. Com isto vem o Govêrno proporcionando moradia mais condigna a nossa população, beneficiando àquelas classes de menor renda familiar, para o que conta com recursos financeiros do Banco Nacional de Habitação e do próprio Estado.

O setor de produção, responsável pelo estabelecimento das condições infraestruturais que venham impulsionar as atividades agrícolas e pecuárias do Estado, desenvolve suas atividades através de um planejamento racional do Programa Setorial de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas, que acentua os lineamentos reais para uma política agrícola consentânea com as necessidades de nossa região.

Da mesma forma no setor da eletrificação, prossegue o Govêrno dando execução ao seu programa para levar aos municípios êste fator de progresso e desenvolvimento que é a energia elétrica.

E, na Capital pela importância que representa, ressaltamos a construção do "Estádio Vivaldo Lima", obra que já se pode considerar uma realidade.

Expansão da economia do Estado

Enfim, Senhores Deputados, os setores da administração continuaram a envidar todos os esforços, objetivando dinamizar o desenvolvimento de nosso Estado, que, mercê da política de incentivos fiscais do Govêrno Federal para a região e também dos estímulos e da ação do Govêrno Estadual na execução de obras básicas de infraestrutura, tem dado mostras do crescimento de sua economia.

Ao traduzirmos, em números, a expansão da economia regional, veremos que êste crescimento dá para o Produto Interno Bruto, no ano de 1968, uma evolução da ordem de 15%, valor êsse que expressa de maneira clara o crescimento econômico do Estado. No remanejo, ainda das estatísticas de nossa expansão, iremos encontrar uma evolução acentuada das importações totais do Amazonas que, em valôres monetários ajustados, evoluíram em 88,6%, em relação aos níveis do ano anterior. De outra parte, a renda familiar mensal, na cidade de Manaus, de acôrdo com pesquisa efetuada pela CODEAMA, cresceu na ordem de 64% em têrmos reais, no período de maio de 1966 a abril de 1968. Mencione-se, ainda, a expressiva evolução das operações bancárias do Estado, cujos saldos de depósitos a 31 de dezembro de 1968, cresceram, em valores reais, 82% entre 1959 e 1968, sendo que no período de 1967/68, êsse crescimento foi mensurado em cêrca de 50%.

O Govêrno do Estado, como não poderia deixar de acontecer, procurando complementar os estímulos fiscais do Poder Central para a região, implementou a sua política específica de incentivos, respaldada em leis consentâneas com a realidade econômica local.

Criou-se o Fundo de Amparo ao Desenvolvimento do Estado do Amazonas, pela Lei 864, de 3 de julho de 1969, com a finalidade geral de financiar o capital-fixo, semi-fixo e de giro das emprêsas instaladas ou que venham a se instalar em nosso Estado, que operam ou venham operar nos setores básicos da economia prevista no Plano Qüinquenal da Administração Estadual.

Como resultante desta ação coordenada dos Governos Federal e Estadual, podemos afirmar com segurança que nesta década o nosso Estado alcançará um notável surto desenvolvimentista, salientando-se que, sòmente em 1969, nada menos de quinze projetos foram analisados pela CODEAMA, totalizando investimentos de mais de 202 milhões de cruzeiros novos.

Senhores Deputados:

Vossas Excelências têm uma parcela considerável nos êxitos porventura obtidos pela administração estadual, com vistas a acelerar o processo desenvolvimentista de nossa terra, porquanto desta Casa saíram as leis que criaram as condições para aquele desenvolvimento, oriundas das Mensagens encaminhadas pelo Executivo, as quais sempre mereceram a atenção especial de Vossas Excelências.

O Desafio Brasileiro

O espaço amazônico, já temos dito, e o reafirmamos outra vez, continua a ser o grande desafio ao povo brasileiro, no que se refere à sua ocupação e à transformação das potencialidades econômicas em riqueza efetiva para o nosso país. Nestas condições, a apreciação da problemática amazônica deve envolver além de fatôres de ordem econômica, considerações de natureza eminentemente política, relativas à segurança nacional.

A preservação e a garantia da posse de uma área que tem uma linha de fronteira internacional de cêrca de 11.000 km. de extensão e cobre 60% do território nacional, constituindo-se num dos maiores espaços vazios do mundo, grandemente observado pelos países superpovoados carentes de melhores condições de vida, exige, portanto, a continuidade do interêsse da Nação brasileira, que passou a executar uma política de valorização da área mais agressiva e objetiva, a partir de 1964, com os Governos da Revolução, nas gestões dos saudosos Marechais Humberto de Alencar Castello Branco e Arthur da Costa e Silva, e que vem tendo continuidade no Govêrno do eminente Presidente Emílio Garrastazu Médici, que de público já manifestou a sua preocupação em acelerar o desenvolvimento e a ocupação da região amazônica.

A integração da Amazônia aos melhores padrões da civilização brasileira, refletindo a maturidade que alcançamos, é, pois, segundo acentua o ilustre amazonólogo Arthur César Ferreira Reis, tarefa pesada e grave, que exige impetuosidade, persistência e o mais acendrado sentimento de brasilidade, porque não significa apenas a operação de natureza material, mas empreendimento visando ao resguardo da soberania e da potencialidade do Brasil.

Senhores Deputados:

Graças ao espírito de harmonia, compreensão, respeito e mútua cooperação que têm marcado as relações entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e também aos esforços empreendidos pelas classes empresariais, pelos trabalhadores, estudantes, e, enfim, do povo em geral, temos conseguido superar todos os obstáculos dêsses três anos de Govêrno, e podemos, de cabeça erguida, olhar para o passado e encararmos o presente com a consciência tranqüila do dever cumprido, embora insatisfeitos pelo muito que ainda resta a executar, face a grandeza do nosso Estado e a complexidade de seus problemas, a exigir esfôrço contínuo e mobilização de consideráveis recursos materiais e humanos.

A participação entusiástica de tôda a coletividade, no esforço pelo desenvolvimento, é fator indispensável e necessário, porquanto o progresso econômico terá condições mais favoráveis, desde que seja desejado pelo povo, a quem cabe reivindicar o progresso e as instituições sociais, econômicas, legais e políticas. O progresso sobrevém, sòmente, onde o povo crê que o homem pode, através de esfôrço consciente, dominar a natureza.

E acreditamos, sobretudo, em desenvolvimento num clima de paz e liberdade, de segurança e tranqüilidade, bens que temos procurado garantir e assegurar ao povo, aos partidos políticos, que consideramos instrumentos eficazes para o aperfeiçoamento das instituições democráticas e aos quais cabem, na atual conjuntura nacional, um papel importante na caminhada rumo à plena normalidade da Democracia em nosso país, como é do desejo sincero do Presidente Emílio Garrastazu Médici.

Para tanto, os órgãos políticos devem orientar as suas atividades, calcadas numa doutrina que consubstancie os legítimos anseios da coletividade e se proponham a atuar como instrumento dos grandes objetivos nacionais. Devem funcionar como entidades dinâmicas, como expressão autêntica das manifestações da coletividade. Que cumpram realmente seus programas, e não se transformem em meros instrumentos a serviço dos interêsses de grupos.

Partidos autênticos, fiéis a sua doutrina, aos seus objetivos, que sejam portadores de u'a Mensagem capaz de contribuir para o aperfeiçoamento das instituições políticas, é também meta da Revolução de 1964, que lançou os fundamentos para renovação da vida partidária do país, extirpando os vícios e males que desvirtuaram, no passado, as finalidades dos partidos.

O Govêrno do Estado, não se mostrou indiferente ao empenho dos partidos quando de sua reestruturação, chegando a colaborar até mesmo com o partido da oposição para que pudessem atender às normas instituídas pelo Ato Complementar n.º 54. Entendemos não ser propósito e nem desejo da Revolução, obstaculizar a ação da oposição, facção a que cabe também, contribuir para a construção de uma Pátria cristã, eqüânime e democrata. Efêmeras e transitórias são as divergências e as discórdias, enquanto que a Nação é eterna.

Ademais, afirmamos, ao assumir o Govêrno, que faríamos uma administração de frente e para o povo, prestando-lhe contas de tôdas as atividades públicas e de portas abertas à crítica construtiva e a censura honesta e leal aos atos administrativos. É que não compreendemos democracia sem debate, sem que se dê ao povo e a seus representantes nos Parlamentos, nos Sindicatos e nos órgãos de classe êsse direito inalienável.

Movimento de transformação

O início do último período de mais uma legislatura desta Casa, coincide com a passagem do sexto aniversário da Revolução de Março de 1964, que restituiu ao País, a ordem, a segurança, a disciplina e o respeito, condições indispensáveis ao progresso e ao desenvolvimento.

Indiscutivelmente, é um processo dinâmico de transformação social, aquêle movimento deflagrado pelo povo e Fôrças Armadas, pois nele vamos encontrar uma ideologia : — a sobrevivência da Democracia, que se encontrava sèriamente ameaçada quando irrompeu a Revolução.

Por outro lado, ao proceder a avaliação dos mais altos interêsses e aspirações nacionais, a Revolução formulou seus objetivos e para cuja consecução, estruturou a sua doutrina e o seu plano de ação política como salienta o General Carlos de Meira Matos. E quais os principais objetivos nacionais, perseguidos pela Revolução ? — Independência, soberania, integridade territorial, prestígio internacional, integração e prosperidade nacional, democracia, preservação dos valores morais e espirituais da nacionalidade e paz social. Localizando-se a dinâmica da doutrina, — conforme nos ensina aquêle militar — nos objetivos a conquistar a todo custo e a curto prazo, que são a integração e a prosperidade nacional, os quais fundamentam a política do desenvolvimento da Revolução.

Senhores Deputados :

Ao iniciarmos mais uma caminhada na luta diuturna para darmos ao Amazonas maior prosperidade, temos certeza de que o Poder Executivo continuará a merecer desta Augusta Casa a mesma colaboração com que até aqui contou, porquanto unidos — governante e governados — pelos sadios ideais que animam a atual administração do Estado, construiremos com solidez a grandeza do Amazonas, advertindo-nos a sabedoria do Evangelho de que :

> "Todo reino dividido contra si mesmo ficará deserto, e tôda cidade, ou casa, dividida contra si mesma, não subsistirá".

Saúdo-vos, Senhores Deputados.

Manaus, 31 de março de 1970.

DANILO DUARTE DE MATTOS AREOSA
Governador do Estado

2. SAÚDE PÚBLICA

Novo Conceito

Programa para o Interior

Medicina Hospitalar

Medicina Preventiva

SUSEMI

Conselho Estadual

Em Mensagem dirigida a Vossas Excelências, na reabertura dos trabalhos legislativos de 1969, tivemos oportunidade de discorrer sôbre as precárias condições de saúde do interior, onde vive uma população pouco assistida.

Pesquisa levada a efeito por equipe técnica, revelou um quadro realmente contristador neste setor, a exigir do Poder Público a elaboração de um plano objetivo, capaz de oferecer soluções definitivas, para a falta de médicos e leitos, que por muitas décadas desafiou administrações, que apenas se limitaram a soluções de emergência.

O Plano reconhece a imperiosa necessidade de uma estrutura médico-sanitária, capaz de contribuir para a fixação do homem no interior; convencer as demais autoridades responsáveis pela política sanitária do país, de que é inadiável a assistência médica ao homem do interior do Amazonas, em caráter permanente; evitar a individualização dos recursos públicos e privados, através de uma infinidade de órgãos e instituições, cada qual cumprindo seu programa sem qualquer esfôrço de integração; construir nos principais municípios, moradias para o pessoal de nível superior e médio, selecionado para as atividades de saúde no interior.

A filosofia do Plano, a sua essência e principal escôpo, foi o de criar um novo conceito de saúde pública para o interior, tendo por fim valorizar o homem do hinterland e contribuir para a sua fixação, evitando o êxodo rural, fator altamente negativo para a política de ocupação dos espaços vazios.

Início da Programação

Depois de várias demarches junto aos órgãos da administração federal, conseguiu-se finalmente vencer todos os obstáculos com vista à execução do plano de saúde para o interior, que

prevê a implantação de unidades médicas em todos os municípios, a cargo da Superintendência dos Serviços Médicos do Interior.

Para a execução dêste projeto, calcado na dura realidade do nosso interior, foi firmado um contrato de empréstimo no valor de sete milhões de dólares, com o "International Professional Consortium For Health Services", organização inglêsa de comprovada experiência internacional em planejamento hospitalar.

De acôrdo com o cronograma de trabalho, já a partir do primeiro trimestre dêste ano, as primeiras unidades serão implantadas, esperando-se que em princípios de 1971, todos os municípios estarão atendidos pelo plano de saúde da SUSEMI. E com isto, a população amazonense, dispersa ao longo dos nossos rios e paranás, nas barrancas e povoados, vilas e lagos, deixará de ser desassistida e um povo entregue à sua própria sorte.

O plano total fixou, de início, diversos critérios com vistas a uma divisão do Estado em diversas regiões de maneira a atender aos habitantes de qualquer localidade.

Esta programação consiste na implantação das seguintes unidades : Unidades Hospitalares (puericultura, imunização, assistência ao parto, assistência odontológica, saneamento básico e internamentos longos); Unidades Hospitalares de Emergência (puericultura, imunização, assistência ao parto e ao infante, assistência odontológica, saneamento básico e internamentos breves e em pequena escala); Unidades Ambulatoriais (assistência pré-natal, assistência ao recém-nascido e combate às doenças transmissíveis, com visitação domiciliar); Postos Sanitários (assistência pré-natal, assistência ao recém-nascido, puericultura e pequenos tratamentos); Unidades Móveis, montadas sôbre lanchas modernas, para atendimento às populações ribeirinhas e de povoados de reduzida população, realizando campanhas de imunização de doenças endêmicas e transmissíveis, atendimentos de emergência e transportes de doentes para as unidades mais bem equipadas. Estas Unidades Móveis estão aparelhadas para qualquer tipo de operação de emergência, partos normais e cesarianas.

Estas Unidades estão sendo construídas na Inglaterra, obedecendo aos mais modernos padrões da técnica médica mundial e adaptadas às peculiaridades de nossa região.

Embora ainda em fase de estudos para a sua implantação definitiva e com a grande maioria de seus recursos orçamentários comprometidos com o vulto das obras decorrentes da implantação das unidades médicas, a SUSEMI pôde, no entretanto, formar durante o ano de 1969, um quadro de dez médicos que atuaram nos municípios de Borba, Eirunepé, Fonte Boa, Humaitá, Itacoatiara, Manacapuru, Marco Tabatinga, Maués, Tefé. Ressalte-se que, pela primeira vez, o Estado mantêve médicos residentes no interior, por sua própria conta, além de ter assistido outros municípios, quer diretamente, quer através de convênios com entidades locais.

Medicina Hospitalar

Esta atividade está afeta ao Departamento de Assistência Médico-Hospitalar, destinado a prestar assistência consistente no atendimento de pessoas da capital e do interior do Estado, em ambulatórios, pronto socorro, enfermarias, laboratórios e bancos de sangue.

Nas diversas unidades subordinadas a êste Departamento, foram atendidos um total de 75.829 pacientes, situando-se em primeiro lugar, por sua própria condição de hospital geral, o "Getúlio Vargas", com 60% aproximadamente, do total (45.361 pacientes). Em segundo lugar vem o Hospital Infantil, que atendeu quase 30% (20.804 pacientes). Os demais hospitais com pouco mais de 10%, sendo que o Hospital de Isolamento recebeu apenas 48 pessoas no ano.

Além de cêrca de 1.600 pacientes internados na Colônia "Antônio Aleixo", foram feitos 7.261 internamentos, dos quais quase 40% no Hospital "Getúlio Vargas"; 50% aproximadamente na Maternidade "Ana Nery" e os 10% restantes no Hospital Infantil, Colônia "Eduardo Ribeiro" e Hospital de Isolamento.

Em têrmos médios mensais, podemos observar a cifra de 605 internamentos mensais, o que significa a média diária de 20 internamentos, nos diversos hospitais do Estado.

No mesmo período (1969) foram feitas 2.352 cirurgias, representativas de mais de 30% dos internamentos procedidos.

Mais uma vez, o Hospital "Getúlio Vargas" vem à frente dos demais, com mais de 70% das operações — 1.876. Na Maternidade foram realizadas 465 cirurgias. As operações restantes foram feitas na Colônia "Antônio Aleixo".

Os laboratórios das unidades subordinadas ao Departamento de Assistência Médico-Hospitalar realizaram 44.997 exames de materiais diversos. Dos três laboratórios de unidades, que têm funcionamento regular, o do HGV apresenta o total de 32.440 exames, representativo de mais de 70%. Segue-se o Hospital Infantil "Dr. Fajardo", em cujo laboratório foram feitos 9.893 exames. Mais de 50% dos exames realizados em todos os laboratórios, versaram sôbre hematologia. Também exames radiológicos ocuparam os encarregados dos setores correspondentes, nos hospitais.

Medicina Preventiva

Incumbido de promover ação destinada à prevenção dos males que afligem a população da capital, o Departamento de Medicina Preventiva, através de seus diversos serviços, atendeu a considerável número de pessoas, ministrando-lhes vacinas, examinando-as nos postos médicos, submetendo-as a provas tuberculínicas e realizando exames de laboratório.

Foram efetuados 60.226 exames de laboratório, sendo que o Laboratório Central procedeu mais de 85% deles, a maior parte dos quais no âmbito da bioquímica. Os restantes dos exames foram feitos pelos Serviços de Lepra (menos de 1%) e tuberculose (cêrca de 10%).

Um grande número de vacinas foi aplicado, com vistas à prevenção de epidemias ou ao agravamento de certos problemas sanitários comuns às áreas menos favorecidas da Capital.

Assim, quase 50.000 vacinações foram realizadas. Dessas, 4% imunizaram contra a tuberculose, as 96% restantes distribuem-se entre vacinas antivariólicas que contribuem com 44% do total, antitíficas (22%), antidiftéricas (menos de 1%), antirábicas (24%) e tríplices (menos de 2%). Comparando-se a média diária dos exames de laboratório e dos serviços de vacinação,

depara-se com 167 exames e 138 vacinas aplicadas, com um atendimento de 205 habitantes da Capital.

O Serviço de Câncer atendeu a 366 pacientes, de cujo total 13% apresentavam realmente a enfermidade. A partir dêste ano, êste Serviço estará em condições de oferecer um tratamento radioterápico, para cuja aquisição o Estado, com a colaboração financeira da SUDAM, já tendo sido autorizada a realização da concorrência destinada à obtenção de moderno equipamento. Foram fichados pelo Serviço de Lepra, 328 novos doentes, representativos de 41,3% dos exames realizados para fins de diagnóstico. Enquanto isto, mais de 13.000 pessoas passaram por exames para fins de expedição de Carteira Sanitária, registrando-se um movimento de 36 pessoas por dia.

Odontologia Sanitária

O Serviço de Odontologia Sanitária, com cinco postos funcionando regularmente, nos bairros de São Jorge (3.270 atendimentos), São Raimundo (12.965), Adrianópolis (5.719), Boulevard Amazonas (2.277) e Santa Luzia (1.404), promoveu trabalhos odontológicos consistentes em extração de dentes e curativos, estando em suas cogitações a promoção de um programa de odontologia preventiva, nos mesmos postos, nos quais foram atendidas diàriamente 90 pessoas. Em todos êles, buscavam uma receita, uma extração de dentes ou um curativo.

Uma média diária de 162 pessoas foram atendidas pelos médicos do Estado naqueles postos. Somados aos que recebem atendimento odontológico chega-se a um total de 252 contribuintes que merecem a atenção do Poder Público, cada novo dia.

Verifica-se, assim, pelo relatório do titular da Secretaria de Saúde, Dr. José Leite Saraiva, que esta Pasta, através do seu Departamento de Medicina Preventiva, proporcionou no decurso de 1969, uma ampla e efetiva assistência à população de Manaus, atendendo principalmente as populações dos bairros em cujos postos, médicos e dentistas atenderam um total diário de 252 pessoas, em sua maioria das classes econômicas menos favorecidas.

A Engenharia Sanitária também subordinada ao Departamento de Medicina Preventiva, examinou 788 plantas de novas construções, numa média de 2 ao dia. Dessas, 81% foram aprovadas, rejeitando-se as demais, por motivos de ordem técnica. Foram solicitados 290 "habite-se", dos quais 50% foram negados. Das 104 vistorias solicitadas, durante o ano, 53% foram concedidas.

O Serviço de Bioestatística registrou 11.836 nascimentos e 322 mortes fetais, o que significa menos de 3% dos nascidos com vida. O total de óbitos chegou a 3.107, ou seja: cêrca de 26% do total dos nascidos com vida. Dos 3.107 mortos, mais de 20% (6% dos nascidos vivos) morreram com menos de 1 ano de idade.

Conselho Estadual de Saúde

Êste órgão passou a ter as suas atividades disciplinadas através de Regimento Interno, destacando-se entre os assuntos que mereceram análise e estudos por parte de seus integrantes os seguintes:

Aprovação da proposição do Ministro da Saúde, para dar início aos estudos visando a implantação do Plano Nacional de Saúde no Amazonas, concessão de amplos poderes ao Secretário de Saúde, para a formulação do Plano Estadual de Saúde; debate com as entidades dos empregadores e empregados de hotéis e similares, problemas relacionados com a melhoria das condições higiênicas dos estabelecimentos onde se manipula o pessoal que lida com gêneros alimentícios; em uma de suas reuniões tratou, com as entidades interessadas, sôbre providências relacionadas com a pasteurização do leite dado ao consumo de Manaus; aprovação de um novo tipo de Caderneta Sanitária para o trabalhador e a criação da Caderneta Sanitária para o escolar; debate com o Prefeito da Capital, de problemas ligados ao combate à raiva canina, venda de leite em condições higiênicas; debates sôbre o problema de abastecimento de água no interior; convite a um técnico do Serviço Nacional de Lepra, para estudar com os conselheiros, assuntos técnicos e administrativos inspirados pela altíssima incidência da endemia no Estado; debate com o Consultor para Estatística Médica da Organização Panamericana de

Saúde, para a padronização dos serviços estatísticos da Secretaria de Saúde; convite ao urologista e patólogo George Boschel, do Instituto Evandro Chagas e Fundação Rockfeller, para fazer uma exposição sôbre os conhecimentos já adquiridos e o plano de estudos daquele órgão de pesquisa, a respeito da "febre negra" que há vários anos existe em caráter endêmico com surtos epidêmicos no município de Lábrea; debate sôbre a reforma do Ministério da Saúde e o Plano Nacional de Saúde, dada a repercussão dessas medidas na problemática sanitária do Estado, por trazerem em seu bôjo uma nova e revolucionária filosofia de ação; início dos estudos sôbre os regulamentos a serem aprovados para os hospitais mantidos pelo Govêrno do Estado, em Manaus.

Estes foram os destaques das partes das 53 sesssões ordinárias e 3 extraordinárias, realizadas pelo Conselho Estadual de Saúde.

3. OBRAS PÚBLICAS

OBRAS DE REPARAOS E RECUPERAÇÕES

Construções Novas :

Capital

Interior

No decorrer do ano de 1969, a Secretaria de Viação e Obras Públicas teve a seu cargo, um volume considerável de obras, tanto na capital como no interior do Estado, quer executando obras novas como também em trabalhos de reparos e recuperação.

Execução de Obras de Reparos e Recuperações

NA CAPITAL:

Sede do Tribunal de Contas: Neste próprio, verificaram-se diversos reparos, inclusivè recuperação das instalações elétricas e de esgotos e melhoramentos no Gabinete do Presidente, construção de paredes em lambris e novas esquadrias.

Imprensa Oficial — No prédio do Departamento de Imprensa Oficial, foram executados reparos e recuperação do pavimento superior (próprio antigo), com a confecção de novo assoalho, fôrro e escada de acesso. Verificou-se a substituição da instalação elétrica, bem como a pintura das dependências, encontrando-se a obra em andamento.

Instituto Maria Madalena — Houve completa recuperação da estrutura dêste imóvel, com reparos e substituição de parte das rêdes de luz, água e esgotos. Pintura geral do prédio, externa e internamente, bem como outros serviços menores, encontrando-se concluída esta obra.

Secretaria de Fazenda: No prédio da Secretaria de Fazenda, verificou-se o prosseguimento dos reparos gerais nas estruturas dos prédios laterais, com adaptação e confecção de esquadrias de ferro e construção de novos blocos sanitários, assim como outros trabalhos, todos concluídos.

Palácio Rio Negro — Foram realizados diversos serviços de reparos e recuperação da sede da administração estadual.

Palácio Rio Branco — Êste prédio passou por um processo de recuperação total, dentro de suas linhas tradicionais, incluindo-se revisão geral das instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias. Pintura geral do prédio e outros serviços, que restituíram àquele imóvel, a sua imponência arquitetônica.

Junta Comercial do Amazonas: Neste próprio verificou-se a adaptação e recuperação total de sua estrutura, incluindo-se obras de reparos e substituição de fôrros, assoalho e cobertura do telhado, revisão e substituição das instalações elétricas, hidráulicas e de esgotos.

Prédio da Antiga "Pará Telefônica" — Foi efetuada adaptação e recuperação total da estrutura predial dêste imóvel, com a execução de pisos, fôrros, telhado e esquadrias, bem como a colocação e confecção de novas instalações elétricas, hidráulicas e de esgotos. Pintura total interna e externa. Esta obra encontra-se em andamento, em fase final. Neste prédio será localizado o Tribunal Regional Eleitoral.

Instituto Melo Matos — Foi procedida a recuperação total da estrutura predial, incluindo-se reparos e substituição de parte das instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias, bem como a revisão do telhado e outros serviços.

Sede da ESPEA — Estão sendo realizados neste prédio, serviços de recuperação e construção de um pavimento todo estruturado em concreto armado, abrangendo uma área de 183,00 m2. A ampliação dêste imóvel incluiu uma oficina, três gabinetes e coordenadoria.

NO INTERIOR:

Mesa de Rendas: Neste próprio, situado em Parintins, foi realizada a recuperação total de sua estrutura predial que apresentava péssimo estado de conservação, efetuando-se acréscimo para adaptação da residência do Coletor. Estas obras foram executadas, na sua quase totalidade, durante o ano de 1968, concluindo em 1969.

Grupo Escolar "Araújo Filho" — Também localizado no município de Parintins, passou êste imóvel por uma recuperação

total de sua estrutura, incluindo-se piso, fôrro, telhado, instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias, bem como reparos e confecção de novas esquadrias, construção de novas dependências e pintura total.

Grupo Escolar "Lopes Braga" — Localizado em Coari, êste imóvel sofreu recuperação total, com pintura geral interna e externamente além de outros serviços.

Grupo Escolar "Eduardo Ribeiro" — Neste próprio, situado na sede, foi executada a sua recuperação total, ampliando-se para acomodar mais duas salas de aula, recreio coberto, cantina, depósito e grupos de sanitários. A parte do imóvel em que se verificaram os acréscimos, abrange uma área de 251,81 m2 e foram executados nos exercícios de 1968 e 1969.

Além destas obras, a SVOP realizou pequenos reparos em outros prédios públicos, tais como na Guarda Civil, Tribunal de Justiça, garagem da Secretaria de Saúde, Arquivo Público, DETRAN, sede da SVOP e outros, bem como efetuou a demolição do antigo prédio da Secretaria de Saúde, executando a retirada dos equipamentos e a remoção de entulhos. Também prestou esta Pasta, o seu auxílio na recuperação das instalações do antigo quartel da Polícia Militar, Leprosário Antônio Aleixo, Hospital-Colônia Eduardo Ribeiro, obra para a qual forneceu grande parte dos materiais de construção. Vale salientar que a Secretaria adquiriu grande parte dos materiais destinados à construção da Exatoria de Humaitá.

EXECUÇÃO DE OBRAS NOVAS

NA CAPITAL:

Grupo Escolar "Princesa Isabel" — Localizado na rua Monsenhor Coutinho, compõe-se de dois blocos em dois pavimentos cada um, todos estruturados em concreto armado e interligados por passarela coberta. Abrange uma área construída de, aproximadamente, 1.300,00 m2. A obra encontra-se em fase final de execução.

Sede da Secretaria de Produção — Situada na estrada do Aleixo, teve a sua primeira etapa composta de quatro blocos interligados por passarela e destinados a abrigar todos os setores e serviços desta Pasta. Os quatro blocos encontram-se terminados e em funcionamento, sendo que um foi concluído em 1969. Essa primeira etapa abrange uma área construída de aproximadamente 1.500,00 m2.

A segunda etapa compõe-se de Castelo d'Água, bloco de alojamento, guarita, biblioteca e laboratório de defesa vegetal. Foi feita concorrência pública para a construção desta etapa, devendo ser iniciada ainda nos primeiros dias do presente exercício. Essa segunda etapa abrange uma área construída de 1.175,00 m2.

Novo Quartel da Polícia Militar — Localizado no bairro de Petrópolis, teve a laje do piso do 2.º pavimento do 1.º bloco de alojamento concretada no início de 1969. Foi realizada concorrência pública para a conclusão dêste bloco e para a construção do Castelo d'Água, tendo a firma vencedora já iniciado os serviços. O bloco de alojamento compõe-se de dois pavimentos, todos estruturados em concreto armado e abrange uma área construída de, aproximadamente, 1.732,00 m2. O Castelo d'Água também é todo estruturado em concreto armado e tem uma área construída de aproximadamente 80,00 m2.

Subdelegacias da Capital — Situadas nos diversos bairros de Manaus, serão construídas doze unidades, obedecendo a um projeto tipo, e com instalações para o perfeito funcionamento de suas atividades. A firma vencedora da concorrência pública iniciará os trabalhos nos próximos dias.

Estações da CAMTEL: Mediante convênio firmado com a Companhia Amazonense de Telecomunicações (CAMTEL), a Secretaria de Óbras teve a seu cargo a construção dos prédios das novas estações radiotelefônicas daquela emprêsa, nos seguintes municípios: Maués, Codajás, Tefé, Fonte Boa, Benjamin Constant, Humaitá, Borba, Manicoré, Barcelos, São Gabriel da Cachoeira, Eirunepé e Lábrea.

As obras de construção dêstes prédios — de alvenaria e tijolo — foram tôdas concluídas e iniciadas no decorrer de 1969,

cujos imóveis compõem-se de sala para atendimento de público, cabines telefônicas, almoxarifado, apartamento para funcionários, sala de equipamento e outras dependências.

Por outro lado, a SVOP construiu ainda a estação receptora da CAMTEL de Manacapuru, obra em fase de conclusão, destinando-se a abrigar os equipamentos que completarão a rêde telefônica do interior.

Em fase final de conclusão, encontra-se também em Manacapuru, a estação transmissora da CAMTEL, que já vinha funcionando em outro imóvel.

Além destas obras, a S V O P construiu ainda o Quartel e Delegacia de Polícia de Parintins e a sede da Exatoria de Rendas de Coari; Forum de Justiça e residências para Juiz e Promotor de Justiça, agência do Banco do Estado do Amazonas e Quartel e Delegacia de Polícia também em Coari.

Em Tefé, foram construídas : a sede da Exatoria de Rendas, Quartel e Delegacia de Polícia, Forum de Justiça e residências para Juiz e Promotor, e o prédio da Mesa de Rendas com residência anexa para coletor.

Em Lábrea, construiu a SVOP o prédio da usina de fôrça e luz da CELETRAMAZON.

Teve, assim, a Secretaria de Viação e Obras Públicas, uma atuação bastante intensa durante o exercício passado, tendo executado nada menos de vinte e seis obras em diversos municípios, conforme discriminado no relatório do Dr. João Augusto Souto Loureiro, titular desta Pasta de 1967 até princípios do ano em curso, quando passou a ocupar outro posto na administração estadual, na direção da CELETRAMAZON.

No decorrer do ano de 1970, muitas obras executará a SVOP, tanto na capital como no interior, no cumprimento das metas estabelecidas no Plano Qüinquenal.

4. OBRAS RODOVIÁRIAS

No momento atual, assume importância fundamental para o Amazonas, a construção da estrada Manaus-Humaitá-Pôrto Velho, pois representa o rompimento definitivo do isolamento secular em que permanecemos do restante do país, com o qual éramos até pouco tempo, a única unidade da Federação não ligada por rodovia com outros Estados.

O papel das rodovias na integração e ocupação da região amazônica, é hoje tese aceita e encarada como fator de necessidade, como instrumento sem o qual a ocupação integral desta área não se fará jamais, porquanto sòmente através das estradas, poderá o homem alcançar as terras firmes e altas, e abrindo clareiras que poderão ser ocupadas racionalmente, por uma colonização orientada, aliviando-se o nordeste da pressão demográfica, onde a densidade medida já se aproxima dos 50 habitantes por km2, enquanto que na Amazônia não chega a alcançar um habitante por km2.

A construção da BR-319 (AM-060) — Manaus-Pôrto Velho —, continuou no ano de 1969, como a principal obra do programa rodoviário do Govêrno do Estado, a cargo do Departamento de Estradas de Rodagem.

Esta rodovia, de repercussão nacional, está sendo implantada por administração direta e administração indireta.

A primeira executada pela Divisão de Construção abrangeu o trecho que vai de Manaus no prolongamento da rua Silves, no bairro da Raiz, até o "Encontro das Águas".

A segunda, a cargo da firma Construtora Andrade Gutierrez e sob contrôle e fiscalização da Comissão Especial de Rodovias (CER), atuando em duas frentes de serviços, ocupou-se dos trechos Careiro-Humaitá e Humaitá-Pôrto Velho.

Serviços Desenvolvidos

O resultado desta ação conjunta expressa o volume de serviços desenvolvidos no exercício de 1970, conforme demonstração a seguir :

a)	Projeto de Engenharia final	837 kms.
b)	Desmatado	873 kms.
c)	Destocado e limpo	459 kms.
d)	Terraplenado	255 kms.
e)	Volume escavado	5.482,104,6m3
f)	Obras de artes correntes	250 kms.

Conservação de Estradas

Foram executados pela Divisão correspondente os serviços gerais de conservação nas seguintes rodovias :

AM-010 Manaus-Itacoatiara
AM-020 Manaus-Aleixo
AM-070 Manaus-Cacau Pirêra-Manacapuru
AM-450 Tarumã-Ponta Negra-São Jorge
AM-449 Do km. 54 da AM-010 à Puraquequara (trecho AM-010 Quartel do CIGS).
AM-452 km. 16 da AM-070 à Colônia do Caldeirão
AM-454 km. 53 da AM-070 à Colônia Bela Vista.

Rodovias de Acesso ao Pôrto e Aeroporto

Em linhas gerais, foram executados nestas rodovias :

a) 4.700.000m2 de limpeza lateral;

b) 6.422m2 de recuperação de pistas de rolamento nos trechos pavimentados;

c) 1.020m2 de recomposição e imprimação nos acostamentos;

d) 170.000m3 de recomposição de aterros;

e) 29.000m de limpeza em sarjetas e bueiros ao longo das rodovias;

f) 290kms. de reconstrução de valetas;

g) 9.700.000m2 de regularização de plataformas;

h) Refôrços nas Obras de Artes Especiais ao longo da Rodovia AM-010, a saber :

Ponte da Bolívia
Ponte do Peréua
Ponte do Tucunarèzinho
Ponte do Tucunaré
Ponte do Jacarèzinho
Ponte do Jacaré Grande.

Os serviços de conservação executados objetivaram primordialmente dotar as nossas rodovias de melhores condições de tráfego e com regularização de plataformas, propiciar visibilidade adequada e conseqüentemente oferecer segurança aos usuários.

Foi ainda preocupação dêste DER-Am a execução de drenagem superficial e profunda nestas rodovias, partindo da premissa que a maior ou menor vida útil das mesmas estão em estreita função dêsses serviços.

Melhoramentos de Estradas

Como serviços gerais de melhoramentos foram construídos 870m de sarjetas e galerias para melhor drenagem, bem como proteções a montante e a juzante de bueiros em concreto ciclópico.

Foram executados 60 kms. de revestimento primário na Rodovia AM-010 — Manaus-Itacoatiara e 40 kms. da Rodovia AM-070 — Manaus-Cacau Pirêra-Manacapuru.

Destaca-se ainda a sinalização procedida em tôda a extensão da Rodovia AM-010 — Manaus-Itacoatiara, e a construção de uma praça de contôrno em frente a sede da Polícia Rodoviária.

E, finalmente, como obra basilar dêste exercício foram concluídos os serviços de recuperação da ponte Benjamin Constant, que no prolongamento da Av. Sete de Setembro dá acesso aos principais Bairros de Cachoeirinha e Educandos.

Estudos e Projetos

Neste exercício, pela Divisão de Estudos e Projetos (D. E. P.) foram procedidos os seguintes serviços :

a) Levantamento topográfico e revisão do Projeto da AM-450 — trecho Tarumã-Ponta Negra, para fins de pavimentação;

b) Levantamento topográfico da Av. João Coêlho, trecho compreendido entre a Bola e a Bifurcação com a AM-010 em Flôres para fins de alargamento;

c) Projeto topográfico da BR-319 (AM-060) Manaus-Encontro das Águas, compreendendo locação, nivelamento e seções transversais.

Ação no Interior do Estado

O DER-Am através da Divisão de Construção, pelo convênio firmado com a COMARA — Comissão de Aeroportos da Região Amazônica, construiu no presente exercício um Aeroporto na cidade de Lábrea com 1.500 metros de comprimento por 45 metros de largura, com um volume físico de atividades correspondendo :

a) Desmatamento de 346.000 m2;

b) Destocamento e limpeza de 125.000 m2;

c) Terraplenagem de 183.495 m3;

d) Compactação de 71.107 m3.

Igualmente, foi dado início a um novo Aeroporto na cidade de Coarí, com as mesmas dimensões e características do Aeroporto de Lábrea, já estando com 50% dos serviços realizados.

Cumpre ainda mencionar, que o DER-Am, através da sua Divisão de Cooperação e Assistência aos Municípios procedeu à fiscalização e prestou orientação e assistência técnica aos 44 municípios sediados no Interior do Estado, tendo tido assim êste Departamento, dirigido pelo Engenheiro José Sérgio da Paz Monteiro de Castro, saldo positivo durante o exercício de 1969, desincumbindo-se das tarefas que lhe estão afetas.

5. ECONOMIA & FINANÇAS

Com a redução em 50% do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, por fôrça do Ato Complementar n.º 40, iniciamos o exercício financeiro de 1969, com certa apreensão. Para evitar perspectivas sombrias, foi adotada a criação de um Fundo de Contenção da ordem de NCr$ 12.472.484,80, no que resultou na manutenção do equilíbrio financeiro do Estado, de vez que os órgãos do Poder Executivo foram obrigados a reduzir os seus gastos com certas despesas de custeio e investimentos.

Vencidos alguns meses, com o início da liberação dos recursos oriundos do Fundo Especial, criado pelo mesmo Ato Complementar e a conseqüente autorização para movimentação das verbas de investimentos retidas pelo Decreto n.º 1.301, de 10-1-69 (Fundo de Contenção), assim como, da maior parte das retenções relativas a custeio, surgiram novos resultados alentadores que possibilitaram ao Estado, manter os seus pagamentos em dia, elevando, cada vez mais, o seu conceito junto a fornecedores e ao funcionalismo.

Vale ressaltar na oportunidade, que a Secretaria de Fazenda, agindo com justificada consideração e a par de seus múltiplos encargos com o Executivo, màxime aquêles que dizem respeito de perto à execução do Plano Qüinquenal, atendeu, prioritàriamente e indistintamente, no decorrer de todo o ano, os pagamentos e requisições de suprimentos dos Poderes Legislativo e Judiciário.

Legislação Tributária

Em matéria de legislação tributária, nada de maior importância ocorreu no exercício findante, exceto a inclusão, na Lei Complementar n.º 4, de 2 de dezembro de 1969, de dispositivo assegurando a continüidade do art. 4.º da Lei n.º 288, ou seja, estabelecendo de maneira definitiva, que as mercadorias destinadas à Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental, estão isentas de ICM e IPI.

Vem o Govêrno trabalhando no sentido de inserir em outra Lei Complementar, cujo anteprojeto já se encontra em estudo, dispositivo declarando que os Estados não poderão determinar

a exclusão do ICM relativo as mercadorias entradas no estabelecimento, quando produzidas na Zona Franca de Manaus.

A providência, tem por finalidade, evitar interpretações errôneas com relação à Lei n.º 288 e condicionar que os benefícios do ICM sejam recíprocos quanto às mercadorias entradas na Zona Franca ou nela produzidas.

Previsão da Receita

Para o ano de 1969, estava prevista a seguinte receita :

Receitas Correntes e de Capital exclusive DER-AM ..	NCr$ 45.348.000,00	
Menos ICM dos Municípios..	" 7.200.000,00	NCr$ 38.148.000,00
Fundo de Participação dos Estados		" 29.800.000,00
Fundo Especial — Ato Complementar n.º 40		" 10.800.000,00
Venda de Ações da PETROBRÁS		" 10.000.000,00
Total da previsão		NCr$ 88.748.000,00

Nos primeiros onze meses de 1969, de acôrdo com a previsão acima, deveríamos arrecadar, inclusivè com os recebimentos do Fundo de Participação e do Fundo Especial, em números redondos, a importância de NCr$ 72.100.000,00, que acrescida do produto da venda de ações da PETROBRÁS, daria um total de NCr$ 82.100.000,00. No mesmo período, arrecadamos, efetivamente NCr$ 77.700.000,00.

Houve, portanto, nos primeiros onze meses do ano, um deficit de NCr$ 4.400.000,00, ocasionado, sobretudo, pela diferença de NCr$ 8.600.000,00, não recebida do Fundo de Participação e do Fundo Especial.

Na arrecadação do nosso principal impôsto, tivemos, nos primeiros onze meses, um superavit de NCr$ 4.200.000,00, o que bem demonstra o acêrto das providências tomadas para evitar a evasão de receita.

Investimentos

Não obstante o Estado haver dispendido, mensalmente, mais de NCr$ 3.600.000,00 com pagamento de vencimentos e vantagens a pessoal ativo e inativo, manteve durante todo o ano seus compromissos em dia, e, ainda foram feitos os seguintes investimentos, sòmente no exercício de 1969:

Nova Tomada D'Água	NCr$	5.700.000,00
Fôrça e luz de Manaus (CEM)		3.542.000,00
CAMTEL — Capital e Interior		2.700.000,00
CELETRAMAZON		1.100.000,00
Secretaria de Produção		2.100.000,00
Obras Públicas — Capital e Interior		1.400.000,00
Banco do Est. do Amazonas (aumento de capital)		3.100.000,00
TV - Educativa		1.200.000,00
Banco do Estado do Amazonas — Fundo de Desenvolvimento		5.000.000,00
S U S E M I		3.400.000,00
COHAB-Am		1.100.000,00
Estádio "Vivaldo Lima"		1.100.000,00
DER-Am — Contribuição do Estado.....		1.600.000,00
T O T A L	NCr$	33.042,000,00

Receita para 1970

A previsão da receita do Estado para o exercício de 1970, compreendendo recursos de suas fontes próprias e de outras, é de NCr$ 138.416.020,00, assim distribuída:

Impôsto s/ Circulação de Mercadorias	NCr$	48.000.000,00	
Impôsto s/ Transmissão de bens imóveis		360.000,00	
Taxas diversas		5.498.000,00	
Receita Patrimonial		4.147.300,00	
Receita Industrial		242.800,00	
Receitas diversas		3.265.600,00	NCr$ 61.513.700,00

Recursos originários de outras fontes:

Fundo de Participação dos Estados	NCr$ 26.000.000,00	
Fundo Especial	12.502.320,00	
Fundo Federal de Eletrificação	2.000.000,00	
Fundo Rodoviário Nacional	33.800.000,00	
Contribuição do Plano Nacional de Educação....	2.600.000,00	NCr$ 76.902.320,00

Da despesa

Os encargos do Estado para o corrente exercício, são igualmente da mesma ordem da previsão da receita, destacando-se que as despesas com o funcionalismo (ativo, inativo, pensionistas, salário-família e contribuições para a Previdência Social), será de NCr$ 47.582.836,00.

No decorrer dêste ano procurará o Govêrno elevar os investimentos em obras de infraestrutura, porquanto são fatôres que geram maiores riquezas e bem-estar social, dando assim prosseguimento à execução das metas contidas no Plano Qüinquenal. Na Proposta Orçamentária encaminhada à consideração do Poder Legislativo estão alinhadas, em minúcias, as despesas a serem efetuadas pela Administração, no corrente exercício.

A Secretaria de Fazenda executou, assim, no decurso do ano transato, as suas atividades, como órgão executor da política financeira, tendo o seu titular, naquele exercício, Sr. Francisco Monteiro de Paula, orientado e dirigido a sua administração, visando ao maior aperfeiçoamento e contrôle dos serviços daquela Pasta, no que redundou na melhoria da arrecadação.

6. CRÉDITO & FINANCIAMENTO

O Banco do Estado do Amazonas S. A., em cumprimento ao programa a que se impôs, aumentou consideràvelmente seus negócios e suas atividades durante o ano de 1969.

A despeito das medidas de restrição de taxas resultantes da política financeira nacional, seus resultados no ano de 1969 foram substancialmente maiores que os do ano anterior, mercê do incremento do volume de seus negócios e do extremo cuidado com que foram encaradas as operações realizadas, pela sua Diretoria, presidida pelo senhor Laércio da Purificação Gonçalves, técnico de longa experiência em assuntos bancários.

A par do aumento de Capital de NCr$ 3.000.000,00 para NCr$ 10.000.000,00, lançado em 1968, porém efetivado no ano que terminou, os recursos do Banco foram acrescidos ainda da dotação feita pelo Govêrno do Estado, de NCr$ 5.000.000,00, resultante de venda de ações da PETROBRÁS, valor que na forma do dispôsto na Lei n.º 864, de 03-07-1969, incorporou-se ao Patrimônio do Banco sob a denominação de FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO AMAZONAS.

Graças a essa dotação teve o Banco condições de aplicar maior soma de recursos no atendimento dos empreendimentos agropecuários e industriais, de onde o significativo aumento das operações nesses setores básicos da economia regional.

Como Agente Financeiro do Govêrno do Estado, prestou o Banco do Estado do Amazonas, não só à Secretaria de Estado da Fazenda, mas, também, aos demais órgãos ligados ao poder público, tôda a assistência ao seu alcance, colocando inclusivè sua máquina administrativa a serviço dos referidos órgãos, tanto na arrecadação de impostos e taxas estaduais como na transferência de numerário para atendimento de despesas em outras locali-

dades do Estado e de fora dêle; amparo creditício às Colônias Agrícolas organizadas ou supervisionadas pela Secretaria de Produção, etc.

Empenhou-se a Diretoria em prosseguir no plano de racionalização dos serviços com vistas à redução de seus custos operacionais e melhoria de atendimento à clientela. Seu sistema de Caixa Executivo, pioneiro no Estado do Amazonas, tem funcionado como verdadeiro exemplo da boa técnica bancária.

Ainda no intuito de melhorar cada vez mais seu padrão de serviços, contratou durante o ano de 1969, serviço de vários técnicos em atividades bancárias oriundos do Banco do Brasil e do Banco da Amazônia, reforçando seu quadro de Assessoria e apôio aos órgãos de Direção.

No cumprimento do programa de preparo especializado de seu próprio pessoal, tem o Banco conseguido colocar elementos do seu Quadro em vários Cursos, inclusivè naquele ministrado pelo Departamento de Seleção e Desenvolvimento de Pessoal do Banco do Brasil (DESED), assim como em outros patrocinados pelo Sindicato dos Bancários da Guanabara, tais como de Análise de Balanços, de Cadastro, de Relações Públicas, de Secretariado, etc. Vem o Banco, outrossim, custeando cursos especiais para seus funcionários, assim como prestando colaboração financeira àqueles que têm demonstrado capacidade para obter Bolsas de Estudo no Exterior.

Com o apôio técnico da ACAR-Amazonas, vem o Banco de deflagrar processo de Crédito Rural Orientado, financiando diretamente produtores de Juta, de Arroz, de Guaraná, de Pimenta-do-Reino e outros gêneros, com os resultados mais satisfatórios.

Colaborando com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Amazonas, trabalhou o Banco para conseguir empréstimo externo da ordem de US$ 10.000.000,00, destinado ao financiamento das obras da Estrada Manaus-Pôrto Velho, operação concluída satisfatòriamente nos primeiros dias de 1970, com a entrada, no Estado, da primeira parcela do empréstimo obtido, no total de NCr$ 12.000.000,00.

Colocado em número o movimento do Banco pode ser melhormente medido pelos seguintes dados:

APLICAÇÕES — Saldos em 5 - 12 - 69, comparados, em milhares de NCr$.

CRÉDITO GERAL	**1966**	**1967**	**1968**	**1969**
Ao Comércio	6.244	6.089	8.231	10.879
À Indústria	1.679	3.944	6.326	13.073
À Lavoura	440	272	123	516
À Pecuária	55	66	133	1.380
Outros	404	378	2.193	4.177
CRÉDITO ESPECIAL				
À Indústria	2.383	1.839	1.476	1.066
À Agricultura	280	203	270	159
À Pecuária	355	264	468	940

APLICAÇÕES — Montante das Aplicações até 5 - 12 - 69, em milhares de NCr$.

	Pelo Crédito Geral	**Pela Carteira Especializada**	**TOTAL**
Empréstimos à Produção			
À Prod. Agrícola	657	877	1.534
À Prod. Animal	834	925	1.759
À Prod. Industrial	26.167	944	27.111
Às Cooperativas de Produção	71	—	71
Empréstimos ao Comércio			
Ao Com. de Prod. Agrícolas..	2.441	330	2.771
Ao Com. de Prod. de Origem Animal	7	158	165
Ao Com. de Prod. Industriais	20.541	—	20.541
Ao Com. não Especificado...	5.314	—	5.314
Empréstimos a atividades não Especificadas	9.803	—	9.803
Empréstimos ao extrativismo	—	30	30
Outros	54	211	265
	65.889	3.475	69.364

Os financiamentos através da Carteira de Crédito Rural tiveram a seguinte distribuição :

OPERAÇÕES REALIZADAS (até 5 - 12 - 69) em mil cruzeiros.

AGRICULTURA

À Horticultura	87.142	
À Pimenta do Reino	14.868	
Ao Guaraná	99.885	
À Arroz e Feijão	114.400	
À Juta (fibra)	469.295	
À Máquinas, adubos e inseticidas.....	34.272	819.862

COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGRICOLAS

EXTRATIVISMO — Pau-Rosa e Castanha

PECUARIA

Bovinocultura	925.682	
Avicultura	102.794	
Outras	97.823	1.126.299
Comercialização de Prod. de Origem Animal		158.590
		2.465.352

O programa de Crédito Rural orientado atingiu os seguintes Municípios amazonenses :

Manaus	1.198.691	
Itacoatiara	19.307	
Maués	99.885	
Careiro	113.744	
Autazes	255.635	
Eirunepé	45.148	
Bôca do Acre	43.443	
Manicoré	38.223	
Tefé	1.300	
Parintins	34.855	
Manacapuru	500.498	
Coari	16.800	
Outros	97.823	2.465.352

Em Convênio com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (FIPEME), o Banco do Estado do Amazonas concedeu financiamento à indústria nos seguintes setores:

	Valor	%
Alimentação	255.851	39,5
Cerâmica	46.043	7,0
Lixívias	2.673	0,5
Madeira Serra	78.712	12,0
Móveis	78.837	12,0
Textil	178.055	28,0
Prensagem de Juta	3.596	1,0
	643.767	100,0

Com participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, através do FINAME, o BEA concedeu financiamentos a diversas atividades para aquisição de equipamentos, como segue:

	Valor	%
Tratores Agrícolas	57.815	12
Motores Marítimos	109.111	23
Frigoríficos	92.504	20
Cerâmica	207.964	45
	467.394	100

Com o apôio do Banco Nacional de Habitação — Sub-Programa RECON, foram concedidos financiamentos para construção de residências, no total de NCr$ 269.385,44, até o presente.

A evolução do Setor de Depósitos pode ser observada através dos seguintes números:

Ano	Depósitos	Índices
1965	10.298	100
1966	11.217	108
1967	8.152	79
1968	13.992	135
1969	31.781	291

O movimento de arrecadação de impostos e taxas pode ser observado pela comparação do efetivado durante o ano de 1968, com o obtido até 5 - 12 - 69, a saber :

	1968	até 5-12-69
F G T S	2.371.085	2.937.954
Fundo de Ass. T. Rural	41.222	73.589
I N P S	1.330.503	2.350.950
I B R A	25.620	5.270
Imp. Renda	1.083.892	1.797.018
I P I	1.158.545	42.431
I C M	26.080.261	47.180.976
C A M T E L	318.948	554.206

O Fundo de Amparo ao Desenvolvimento do Estado do Amazonas, criado pela Lei n.º 864, de 3 de julho de 1969, e regulamentado pelo Decreto n.º 1.414, de 4 de julho de 1969, foi instituído pelo Govêrno do Estado, em caráter permanente, com a finalidade geral de financiar o Capital-fixo, semi-fixo e de giro das emprêsas instaladas ou que venham se instalar no Estado do Amazonas, que operem ou venham a operar nos setores básicos da economia, previstos no Plano Qüinquenal da Administração estadual.

Dos recursos e sua utilização

Constituem recursos do Fundo de Amparo ao Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas — FUNDEA :

I—inicialmente, o produto da venda de ações da PETRÓLEO BRASILEIRO S. A. (PETROBRÁS), de propriedade do Estado, até o valor global de NCr$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros novos).

II — 50% (cinqüenta por cento) do importe do lucro líquido resultante da movimentação do próprio fundo, apurado em balanços semestrais.

III — 50% (cinqüenta por cento) do total recolhido ao Banco do Estado do Amazonas S. A., pelas emprêsas beneficiadas com a restituição do ICM prevista na Lei n.º 839, de 17 de dezembro de 1968, na forma do que dispõe o parágrafo único do art. 11 da citada Lei.

Os recursos do FUNDEA serão utilizados no amparo do desenvolvimento do Estado, de modo a impulsionar os setores primário, secundário e terciário de sua economia, aproveitando ao máximo suas potencialidades e a infraestrutura implantada pelas tarefas consubstanciadas no PLANAL, através de:

I — financiamento às obras que visam ao cumprimento do Plano Qüinquenal do Govêrno, desde que as emprêsas executoras dessas obras atendam às normas regulamentares.

II — financiamento de capital-fixo, semi-fixo e de giro, às pessoas jurídicas ou naturais, com atividades nos setores de extrativismo, agricultura, pecuária, indústria (especialmente as de transformação ou beneficiamento de matérias-primas regionais) e comércio, êste ligado aos setores de produção.

III — empréstimos, por meio de contratos, títulos, cédulas e Notas de Crédito Rural, para financiamento de safras agropecuárias e de extração de produtos regionais.

IV — empréstimos à comercialização de produtos regionais ou manufaturados no Estado através de títulos, contratos ou Notas Promissórias Rurais.

V — desconto de legítimos efeitos comerciais, resultante da comercialização de produtos e gêneros necessários aos centros de produção.

Administração dos Recursos

Os recursos do FUNDEA estão sob a responsabilidade administrativa do Banco do Estado do Amazonas S. A., que, em suas aplicações observará as taxas normais de juros recomendadas pelo Banco Central do Brasil.

A concessão dos financiamentos à conta do FUNDEA, está a cargo da Diretoria do Banco do Estado do Amazonas S. A., seguindo sempre o trâmite normal das operações bancárias da espécie.

7. PLANEJAMENTO & DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A Secretaria sem Pasta para o Planejamento e a Coordenação Econômica, tendo como titular o Doutor Alberto de Rezende Rocha, e a Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas — CODEAMA —, colimam os seus esfôrços no sentido de orientar a programação estadual, voltada tôda ela para o desenvolvimento econômico.

Trabalhando em real sintonia êstes dois setores do Govêrno, através do lineamento técnico do Plano Qüinquenal do Govêrno do Estado — formulado pela CODEAMA — têm alicerçado uma linha de conduta onde o crescimento econômico e social do Estado é a maior tônica.

Ao titular desta Pasta, foi dada a incumbência de manter os contatos necessários com vistas a implantação do nôvo sistema de abastecimento de água de Manaus, bem como o da rêde de esgotos de nossa capital. Para tanto, foram necessárias a realização de viagens a diversas capitais, principalmente Rio de Janeiro e Brasília, para a solução de vários problemas junto a organismos públicos e privados.

O Plano Qüinquenal vem tendo execução normal, sendo que algumas metas foram antecipadas, como por exemplo o programa de telecomunicações para o interior do Estado, onde apenas no primeiro trimestre dêste ano, doze novas unidades entrarão em funcionamento.

Na apresentação do Plano Qüinquenal afirmamos que: a preocupação, mais do que a preocupação, o propósito definido, em convicção e consciência, de apontar, de situar o homem como centro, como motivo e como meta de quaisquer planos ou programas de transformações sócio-econômicas, e a idéia de estabelecer diretrizes fundamentais para a solução de tôda uma constelação de problemas, oriundos da necessidade de domar,

de domesticar o meio ambiente a fim de satisfazer a demanda e às aspirações do mesmo homem — êsse binômio criatura-condição orientou, desde o primeiro momento, o compromisso e a tarefa político-administrativa do meu Govêrno.

E dentro dêste critério, vem o Govêrno procurando realizar os objetivos inseridos naquele instrumento de planejamento, com vistas a dar melhores condições para o desenvolvimento econômico de nosso Estado.

A Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas (CODEAMA), cumprindo, no decorrer do ano de 1969, a sua função no conjunto da estrutura administrativa amazonense, reflete, com a instrumentalidade de suas tarefas fundamentais, o esfôrço coerente desenvolvido neste Estado, em favor das metas básicas que se destinam a promoção do crescimento econômico nesta área brasileira.

Funcionando como órgão de assessoramento do Govêrno do Estado, a CODEAMA tem, também, continuadamente, articulado o seu trabalho com o Secretário sem Pasta para a Coordenação e o Planejamento, a quem, por fôrça do Regulamento do órgão, serve como entidade de auxílio técnico.

Realiza, portanto, a Comissão de Desenvolvimento Econômico, uma tarefa, na qual os seus pontos básicos orientam-se no sentido da promoção do desenvolvimento econômico de nosso Estado, executado através o disciplinamento de suas metas e do contrôle permanente dêsse mesmo planejamento.

Naturalmente que com o decorrer de seus cinco anos de funcionamento, a CODEAMA sente a necessidade imperativa de reestruturar sua organização, capacitando-a para receber, de maneira mais funcional, os encargos inerentes à tarefa de promoção do crescimento social e econômico do Amazonas, como acentua em seu relatório, o economista Ozias Monteiro Rodrigues, Secretário-Executivo desta Comissão.

Coonestando êste pensamento, a direção do órgão, fazendo encaminhar em dezembro último, a esta Chefia do Executivo, o projeto que dá nova estrutura organizacional a CODEAMA, nada mais fez do que reconhecer sua preocupação em dotar êste órgão

de condições mais consentâneas com a tarefa de trazer subsídios reais ao progresso sócio-econômico desta região.

No desempenho de suas tarefas, a CODEAMA tem situado-se como um organismo perfeitamente integrado, por seu desempenho, no continuado afã desenvolvido pelo Govêrno estadual no sentido de dotar nossa unidade federativa de condições exequíveis e compatíveis com o desenvolvimento econômico.

OCORRÊNCIAS PRINCIPAIS

Participando ativamente dos principais eventos do calendário administrativo de nosso Estado, em 1969, a CODEAMA destacou, no seu trabalho anual, fatos que, na dinâmica das atividades do órgão, salientaram-se por sua importância e transcedência.

Assim, no ano que passou, a CODEAMA procurando adaptar-se às exigências do crescimento de seus encargos, elaborou o ante-projeto de reformulação de sua estrutura, o mesmo ocorrendo com a Lei 839, que propõe desoneração do ICM aos empreendimentos que se instalarem no Amazonas, que foi reformulada na CODEAMA, merecendo o seu ante-projeto um tratamento mais adequado e consentâneo com nossa realidade econômica.

Por outro lado, êste órgão passou a analisar os projetos de investimentos industriais e agropecuários que buscam o benefício fiscal da restituição do ICM, consubstanciado no texto legal que disciplina àquela matéria. Significativos projetos foram analisados pela CODEAMA, representando investimentos do mais alto porte para o Amazonas e que poderão modificar, grandemente a estrutura econômica do nosso Estado.

Através de seu Secretário-Executivo, a CODEAMA tem participado ativamente do Conselho Deliberativo da SUDAM, representando o Amazonas. Nessas reuniões, realizadas mensalmente em Belém, o Secretário-Executivo do órgão de planejamento estadual, tem acompanhado com o máximo interêsse a discussão e aprovação de projetos oriundos do empresariado local e que, naquela Superintendência Regional, procuram os benefícios estipulados pela legislação de incentivos fiscais da Amazônia.

No ano de 1969, a CODEAMA dando seqüência a sua política editorial fêz publicar a II Pesquisa da cidade de Manaus, um completo diagnóstico sócio-econômico de nossa capital enfeixado em 17 áreas, as quais mereceram, por parte do setor competente do órgão, tratamento adequado. Essas edições foram incluídas na série "Estudos Epecíficos, da CODEAMA, que já publicaram cêrca de 39 títulos.

Enumeram-se, também entre os eventos representativos da CODEAMA, durante o ano que passou, a sua participação como órgão de assessoramento do Govêrno do Estado, na "Semana do Amazonas", promoção realizada em agôsto de 1969, em São Paulo e na Missão SUDAM — BASA, que percorreu diversos Estados do sul, visando captar recursos para investimentos na área amazônica.

O Conselho Consultivo da CODEAMA, órgão de deliberação, cumpriu normalmente as suas tarefas no exercício passado, tendo realizado 38 reuniões, aprovado 37 pareceres e expediu igual número de Resoluções.

O Setor de Programas, que tem por finalidade realizar a análise da conjuntura econômica-social do Amazonas, para conhecer as direções em que evoluem os fatos econômicos e sociais da comunidade amazonense, as causas e transtôrnos econômicos reconhecidos e os meios adequados de corrigí-los, com vistas à realização de planos e metas, emitiu no decorrer do ano passado, diversos pareceres, abrangendo diferentes matérias, bem como analisou quinze projetos industriais.

Estes projetos totalizam investimentos da ordem de 202 milhões 481 mil cruzeiros novos e darão emprêgo a cêrca de três mil pessoas, contribuindo para acelerar consideràvelmente o processo desenvolvimentista de nosso Estado, diversificando grandemente a economia estadual.

Coube ainda ao Setor de Programas, o contrôle da execução do PLANAL, referente a 1968; balanços dos Planos do Govêrno Federal e do Govêrno Estadual (PLANAL, referente ao 1.º semestre de 1969); elaboração da tabela de atualização de custas, da Junta Comercial do Amazonas; assessoria no Estado da Guana-

bara, como representante do Govêrno do Estado, na reivindicação do Sindicato das Serrarias, visando a modificar Resolução do CONCEX, referente a exportação para o mercado internacional de madeiras em toros, além de outras tarefas que lhe foram atribuídas.

PESQUISAS

Além da Pesquisa Sócio-Econômica da Cidade de Manaus, referente ao ano de 1968, o Setor de Pesquisas da CODEAMA realizou ainda, entre outros trabalhos, os seguintes: levantamento de dados estatísticos da exportação do Amazonas, para o comércio nacional, comércio de cabotagem e vias internas, mercadoria nacional e nacionalizada, referente ao ano de 1968; levantamento de dados estatísticos da mão de obra existente no Amazonas, tendo por base os setores da economia amazonense, referente a 1968; elaboração do novo diagnóstico da Juta, em colaboração com o Grupo Especial de trabalho para solucionar os inúmeros problemas desta fibra; levantamento sócio-econômico referentes aos municípios de Atalaia do Norte, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Fonte Boa, Carauari, Borba, São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos, Japurá, Manacapuru, Nova Olinda do Norte, Ipixuna, Maués e Parintins; levantamento de dados estatísticos gerais sôbre o guaraná e pecuária.

PUBLICAÇÕES

Além do Boletim Informativo mensal, o Setor de Publicações da CODEAMA editou ainda 9 edições da série "Estudos Específicos", abrangendo as Pesquisas Sócio-Econômicas da Cidade de Manaus; um estudo sôbre industrialização da madeira; incentivos e vantagens locacionais para a implantação de projetos industriais e agropecuários no Amazonas; sugestões para a elaboração de projetos; perspectiva para a economia da juta, re-edição; medidas prejudiciais para a Amazônia Ocidental e Zona Franca de Manaus na esfera do Direito Fiscal; Reflexos da Zona Franca de Manaus no Desenvolvimento Econômico do Amazonas, além de outros trabalhos.

Sumariadas, portanto, as atividades da Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas, ao longo do ano de 1969, pode-se constatar que a ação desenvolvida pelo órgão estadual de planejamento orientou-se plenamente no sentido da formulação, integração e desenvolvimento das metas básicas do Govêrno no que respeita ao nosso crescimento econômico.

No resultado final dessa aferição dos resultados conseguidos pela CODEAMA, em 1969, configura-se que foi patente a preocupação do órgão na desincumbência das atribuições que, no texto do Regulamento, estão cometidas às diversas unidades administrativas daquela Comissão.

Preocupou-se também a CODEAMA, com o aperfeiçoamento e especialização do seu corpo de técnico, alguns dos quais realizaram no Estado e fora dele, cursos em organismos ligados aos problemas do desenvolvimento econômico. Por outro lado, a partir de 1969, a CODEAMA passou a contar com maiores recursos financeiros para suas atividades, mòrmente àquelas de estudos e pesquisas, em decorrência do dispositivo da Lei 839, que destina 50% dos recursos do FIDEAM para aquêle organismo, que assim ganha novas dimensões para atuar em favor do maior desenvolvimento social e econômico do Amazonas.

8. PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Com uma nova estrutura e mòrmente melhor capacitada tècnicamente, pôde a Secretaria de Produção dar contìnüidade ao programa de desenvolvimento agrícola e pecuário inserido no Plano Qüinquenal do Govêrno do Estado, cuja Pasta vem expandindo-se quer verticalmente — pela conclusão de Projetos constantes do PRODAPAM (Programa Setorial de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas), quer horizontalmente — pela ampliação de sua área operacional —, marchando decisivamente, através de sua interiorização, para a prestação de serviços aos produtores amazonenses.

Dentre as atividades pioneiras desta Secretaria, cabe menção especial a introdução de gado da raça Simental, produtora de leite e carne, no Projeto "Granja Demonstração".

Outro fato merece registro especial : a conclusão do núcleo central da Colônia do 'Rio Preto", com entrega de títulos de posse definitiva de glebas aos posseiros e a implantação na área, do crédito agrícola, através do Banco do Estado do Amazonas.

Fugindo às soluções improvisadas, que quase sempre redundam em fracasso, a Secretaria de Produção possui instrumento normativo de ação, com o objetivo central de pesquisar a problemática agropecuária do Estado, eqüacionar os problemas e apresentar soluções realizáveis. Êste instrumento básico de planejamento é o PRODAPAM (Programa Setorial de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas) que enfeixa 16 projetos prioritários, dos quais sete estão em pleno desenvolvimento e execução.

Projetos Prioritários

No lineamento e implantação de um programa de trabalho agropecuário como o PRODAPAM e à medida de sua execução, mais e mais se avolumam os problemas e crescem as dificuldades,

embora tècnicamente apoiado na ação de jovens profissionais de agronomia, veterinária e química, com a participação também de técnicos de nível médio.

Êstes problemas — acentua o Secretário de Produção, Dr. Hugo Bezerra Brandt —, tornam-se muito mais sérios, quando as atividades agrícolas planejadas e realizadas enfrentam condições adversas, desde o tipo de solo a ser agricultado ao primitivismo da estrutura agrícola dominante no Amazonas e ao primarismo da comercialização do que foi produzido.

Justamente por isso é que os benefícios sociais, técnicos e econômicos só poderão ser sentidos com o passar dos anos e se persistirem os executores dêsse programa obstinadamente trabalhando até sua total realização.

A situação atual de cada projeto prioritário, é a seguinte:

Construção e Instalação da Sede da Secretaria

Foram concluídas as construções dos quatro pavilhões destinados ao setor administrativo, já instalados e em funcionamento. Realizada a concorrência pública e assinado contrato para a construção do Laboratório de Defesa Vegetal, Centro Social e Biblioteca, Castelo d'Água e Guarita.

Com a implantação dos setores de silvicultura — em colaboração com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia —, produção de mudas e sementes, pomicultura, zootecnia e construção da barragem formadora do lago para a instalação de um pôsto de psicultura, deu-se início ao aproveitamento agrícola da área onde a SP se encontra fixada.

Dentro dessa diretriz de ação, o GEMOC (Grupo de Montagem e Organização do Catuoca) preparou o ajardinamento provisório da área e mais ainda 2 ha. para silvicultura, 1 ha. de grama plantada no Estádio "Vivaldo Lima" e ½ ha. de viveiro para mudas frutíferas.

Vale destacar que, desejosos de tornar a área da Secretaria ponto de atração turística, sem maiores despesas para os cofres públicos, foi conseguida a presença do paisagista internacional

Burle Marx, para traçar o ajardinamento da área do Catuoca. Essa grande área, totalmente ajardinada, com aproveitamento maciço de árvores, arbustos, subarbustos e palmeiras já existentes e com o plantio de essências amazônicas dará importância nacional e internacional à SP.

Colônia Agrícola do Rio Preto

As Colônias Agrícolas existentes no Estado — Cláudio Mesquita, Rio Branco, Efigênio de Salles e Novo Amazonas —, não passaram ainda dos atos legais de sua criação, subsistindo tôdas elas apenas em função de uma ocupação de terras desordenada e anárquica.

Tôdas essas Colônias apresentam, porém, condições de se transformarem em importantes centros de produção, dada a disponibilidade de vias de fácil acesso e proximidade do principal centro consumidor do Estado — Manaus.

Com a implantação e execução da Colônia do Rio Preto, a Secretaria de Produção estabeleceu de fato e de direito uma acertada política de colonização e povoamento, atendidos que foram, nesse projeto, todos aquêles requisitos técnicos que devem presidir o planejamento e implantação de realizações dessa natureza.

A preocupação inicial da Secretaria de Produção nesse seu projeto pioneiro de colonização no Amazonas, foi a de dar ao parceleiro a posse efetiva da terra, para que mais fàcilmente fôsse credenciado junto às agências bancárias, suprindo assim as suas necessidades quanto a recursos financeiros para a execução da programação agrícola a cargo do Projeto.

Compondo um trabalho infra-estrutural do Projeto, foi realizado um levantamento topográfico do trecho da rodovia Torquato Tapajós, entre os kms. 75 e 96 e do percurso do Rio Preto, numa extensão de 15 km. a montante e a jusante, partindo da ponte do km. 79. Concluindo êsse levantamento o total de parcelas levantadas somou a 264.

Já foram edificadas e estão em pleno funcionamento as seguintes obras de infra-estrutura da Colônia: a Administração,

Usina de Luz e Fôrça, Serraria, Galpão de Máquinas, Usina de Cereais, Engenho de Cana, Casa de Farinha, Armazém-Paiol, Escola-Biblioteca, Alojamento, Ambulatório, Restaurante, além da construção de 4 escolas-residências, para curso primário, com matrícula de 160 alunos.

Para facilitar o escoamento da produção da Colônia, foram desmatados 40 kms., 13 dos quais completamente terraplenados, para a implantação de estradas de rodagem de penetração, já tendo sido construído um ramal de 40 kms., passando os colonos a serem orientados tècnicamente pelos agrônomos do Projeto.

Foi dimensionada uma área de 300 ha. para plantio, dos quais, o Banco do Estado do Amazonas financiou 50 colonos que no seu total representam uma área em exploração de 200 ha.

Granja de Demonstração "Angelino Beviláqua"

Tendo por objetivo específico a criação de gado leiteiro, porcos tipo carne, produção hortícola e frutícola, além do funcionamento do Pôsto de Monta e núcleo de treinamento de pessoal técnico e de mão de obra rural especializada e semi-especializada.

Para o plantel da Granja foram adquiridas no Espírito Santo, 24 cabeças de gado vacum da raça Simental, de aptidão para carne e leite. Êste rebanho, originário da Suiça, está sendo submetido a observação bio-climática, cujos resultados dos primeiros testes, asseguram uma rápida adaptação dessa raça ao meio amazônico, sendo que três novilhas já deram sua primeira cria.

Inúmeros ensaios e demonstrações têm sido feitos na Granja, numa pesquisa visando imprimir maior eficiência e produtividade ao setor da agropecuária.

Bovinocultura

O crescimento anual do rebanho bovino brasileiro, que se processava à taxa de 2,5% (média do período 1961/66) terá de ser incrementado para alcançar 4% nos primeiros anos da década de 70. Esta a meta específica para a pecuária estabelecida no Plano Estratégico do Govêrno Federal.

Embora se referindo às principais zonas criatórias do país, por abastecerem os maiores centros nacionais de consumo, além de concorrer ao mercado externo, êste enfoque particularizado de crescimento de rebanho importa também para o Amazonas, cuja produção pecuária tem que aumentar e crescer depressa, para atender à crescente pressão interna da demanda de alimentos de origem animal e também do mercado externo, das excelentes perspectivas de negócios que abrem no mundo, para os produtores de boi e de carne.

No Amazonas o PLANAPAM (Plano de Melhoramento da Pecuária Bovina do Amazonas, executado através da Diretoria Estadual do Ministério da Agricultura e com a efetiva participação da Secretaria de Produção, está procurando promover a modernização das fazendas de criação de gado dos municípios de Manaus, Careiro e Parintins; o contrôle da febre aftosa e doenças que atacam os rebanhos do nosso Estado e, melhoramento das pastagens pela introdução de novas variedades, técnica melhorada de manejo dessas pastagens e do gado em exploração, com o respaldo de facilidades de crédito ao criador, através das carteiras do Banco do Estado do Amazonas e do Banco do Brasil.

O PLANAPAM já conta com 3 escritórios regionais de assistência técnico-financeira (Manaus, Careiro e Itacoatiara) estando em fase de estudos a implantação de outros.

Industrialização do Pescado

Os resultados alcançados pela Unidade Pilôto de Beneficiamento do Pescado podem ser considerados satisfatórios. Foram obtidos os seguintes produtos: peixe defumado, sêco salgado, sêco prensado, salsicha de peixe e farinha de peixe — em testes de industrialização do pirarucu, tambaqui, jaraqui e outros peixes.

Êsses produtos e subprodutos, como a farinha de peixe, obtidos experimentalmente, têm por finalidade incentivar a indústria privada para o aproveitamento, em bases econômicas, do grande potencial de peixes da bacia amazônica, particularmente no período da "vazante" dos rios, quando se verifica excesso de

pescado que, através de processos de conservação, estudados pela Unidade Pilôto da SP, poderá ser conservado para atender ao consumo da população do Estado, naqueles períodos de menos fartura do pescado.

Entrepostos de Pesca

Uma vez concluído o projeto de viabilidade técnico-econômica, foi executado parte do terraceamento do local onde será construído o frigorífico, bem como o desvio das águas pluviais. Já foi concluído também o projeto estrutural e em seguida será aberta concorrência pública para o início da sua construção.

Mercado Terminal de Manaus

Êsse Mercado será uma central de abastecimento compatível com o desenvolvimento de nossa capital, sendo dada ênfase — em consequência de sua implantação — ao mecanismo de comercialização dos principais gêneros alimentícios, garantindo-se assim o abastecimento da Zona Franca de Manaus, através da montagem de uma rêde de pequenas unidades de beneficiamento e armazenamento. O projeto dêste empreendimento será elaborado êste ano.

Incentivo à Industrialização

A fim de oferecer oportunidade de investimentos a empresários de dentro e de fora do Estado, com a utilização dos incentivos fiscais, foi elaborado pré-estudo de viabilidade técnico-econômica para a industrialização de frutas tropicais. Êsse trabalho — o primeiro que se raliza no Amazonas — contém informações precisas e traça opções coerentes respaldadas em moderna tecnologia aplicada aos projetos agro-industriais de aproveitamento de frutos.

Extensão Rural

O Serviço de Extensão Rural do Amazonas, do Sistema Brasileiro de Extensão Rural, conta com dez escritórios locais

em Manaus, Careiro, Manacapuru, Itacoatiara, Autazes, Parintins, Tefé, Coari, Benjamin Constant e Atalaia do Norte. Para funcionamento da ACAR-Am (Associação de Crédito de Assistência Rural do Amazonas), o Govêrno do Estado contribuiu com recursos financeiros da ordem de 500 mil cruzeiros novos, nos exercícios de 1968/69.

Moinho de Calcário

Instalado em Manaus, dada a inexistência de qualquer emprêsa privada interessada na sua exploração comercial, o Moinho de Calcário é considerado investimento básico para o desenvolvimento agropecuário do Amazonas, pela predominância, na região, de solos de elevado índice de acidez, exigindo correção enérgica e incorporação de doses maciças de matéria orgânica, para que sejam de fato alcançados rendimentos culturais compensadores.

Beneficiamento de Cereais

A Usina de Beneficiamento de Cereais de Manaus, possui equipamento moderno para beneficiamento de arroz, com capacidade (média) de produção de 200 sacas de 60 quilos em 8 horas de trabalho e tem secador com capacidade de secagem de 500 a 700 sacas em 5 cargas sucessivas. Já foram realizados os testes experimentais com arroz de produção da Colônia do Rio Preto, com absoluto sucesso.

A Secretaria de Produção, conclui processo para substabelecer a administração da Usina à Companhia Amazonense de Cereais — Armazéns Gerais, através de convênio firmado com o Govêrno do Estado, ficando a responsabilidade da SP à supervisão da maquinária e fiscalização dos trabalhos de industrialização de arroz.

Treinamento

A Secretaria de Produção, tendo em vista o indispensável aprimoramento técnico de seus servidores, vem seguindo uma rígida programação de treinamento e capacitação técnica e admi-

nistrativa, através de cursos e estágios que foram realizados aqui e noutros Estados.

Divisão de Produção Animal

Sem qualquer paralelismo com as atividades desenvolvidas pelo Ministério da Agricultura na execução do PLANAPLAM, esta divisão da Secretaria de Produção trabalha no fomento e defesa sanitária dos rebanhos do Amazonas, exatamente naquelas áreas prioritárias do PLANAPLAM.

Para a efetiva realização do seu trabalho no interior, conta a Divisão de Produção Animal com duas lanchas equipadas, sendo que uma delas possui laboratório para diagnósticos, consultório veterinário e pôsto de revenda de medicamentos.

No setor de vacinações, foram atendidos 37.750 rebanhos em 1969; de febre aftosa (34.052), além de outros tipos de enfermidades. Esta Divisão, na sua área específica de ação participa ativamente dos trabalhos de combate à febre aftosa realizada no Amazonas pela Campanha Nacional de Febre Aftosa. Preliminarmente foi efetuado levantamento cadastral das propriedades e rebanhos existentes na área a ser trabalhada.

Cooperativismo

Em convênio com o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, a Divisão de Cooperativismo realizou, até o ano de 1968, 15 cursos de treinamento sôbre Motivação Cooperativista, Cooperativismo Escolar, Administração e Contabilidade Cooperativista, além de um Seminário de Estudos Cooperativistas.

Sua área de atuação compreendeu Manaus, Rio Branco (Acre), Boa Vista (Roraima) e Porto Velho (Rondônia), além de 7 municípios do Amazonas.

Alienação de Terras

O Departamento de Alienação de Terras constitui o ponto mais delicado de tôda a estrutura e funcionamento da Secretaria de Produção, segundo ressalta o Secretário Hugo Brandt em seu

relatório, acrescentando que êste Departamento não contava com pessoal preparado, havendo alto índice de burocratização, processualística complicada, vícios que começaram a ser removidos, com vistas a melhorar êste Departamento e imprimir-lhe maior grau de produtividade e eficiência, para que foram designados dois técnicos jovens para a Chefia dêste setor.

Vale ressaltar que, em 1967, para enfrentar a dura realidade de nossa região e dar execução aos seus projetos, a Secretaria de Produção dispunha apenas de 4 engenheiros-agrônomos e 16 práticos rurais.

No entretanto, convencidos de que sòmente uma política administrativa baseada em programação técnica seria capaz de eqüacionar e enfrentar pelo menos em têrmos de abordagem a situação descrita, a Secretaria de Produção recrutou e está formando um corpo técnico compatível com àquela realidade. Atualmente conta no seu quadro, com quinze engenheiros-agrônomos, cinco médico-veterinários, uma química, três assistentes sociais, num total de vinte e quatro técnicos de nível superior. Quase todos êsse técnicos, recém-formados, foram e ainda estão sendo submetidos a treinamentos e estágios de especialização, sem prejuízo de suas responsabilidades executivas dentro da estrutura regimental da SP.

Graças ao trabalho de equipe que o titular da Secretaria de Produção vem realizando, os resultados da política administrativa que há caracterizado a atuação dêste importante setor da administração, já se fazem sentir na mudança de expectativa dos produtores amazonenses e, sobretudo no seu conceito junto aos órgãos de opinião pública e população do Estado.

9. SANEAMENTO

O nôvo sistema de abastecimento de água

Uma nova política de saneamento básico

Tínhamos com o povo de Manaus o compromisso de dar solução ao problema crônico e cada vez mais agudo de seu abastecimento d'água. Trabalhamos para resgatar êsse compromisso, pràticamente, desde o primeiro dia de nosso Govêrno.

É preciso que se entenda que um sistema é composto de várias partes e que êle só funciona com tôdas, ou quase tôdas as partes concluídas. Assim o é para um sistema de abastecimento d'água. O que se constrói em Manaus não é simplesmente uma parte de um sistema, mas sim todo um sistema completo. Não é apenas uma adutora mas também uma tomada d'água, uma estação de tratamento, reservatórios, rêdes de distribuição e medição. É como se, de repente, chegássemos a uma cidade de 500.000 habitantes e iniciássemos a construção de um completo sistema de abastecimento de água.

No decorrer de 1969, foi dado grande avanço no projeto de Manaus/Água, que atualmente se encontra em ponto irreversível.

Tomada D'Água

Tiveram continüidade os serviços de construção desta obra, que deverá estar concluída em julho vindouro, o que possibilitará a montagem das bombas e da adutora de baixo recalque que juntamente com as bombas e adutoras de alto recalque solucionarão o problema da falta d'água que, presentemente, é da ordem de 50%, sendo de salientar que grandes obstáculos tiveram de ser vencidos no decorrer dos trabalhos, principalmente quando da cravação dos tubulões, pois as sondagens realizadas denunciaram a existência no local de camadas de rocha não muito resistente, o que levou a necessidade de se cravarem estacas de aço, de comprimento variando em tôrno de vinte metros.

Financiamento da Obra

Foi firmado em março de 1969, em Manaus, na presença do Ministro do Interior, o contrato de empréstimo entre o Banco Nacional de Habitação, o Govêrno do Estado, a SUDAM, o Banco do Estado do Amazonas e o Departamento de Águas e Esgotos, no valor de NCr$ 26.743.787,00 (vinte e seis milhões, setecentos e quarenta e três mil, setecentos e oitenta e sete cruzeiros novos).

Este contrato entrou em fase de execução rotineira em dezembro, quando ocorreram os primeiros desembolsos, quer da SUDAM — aliás o primeiro do Fundo Regional — quer do BNH.

COSAMA

Tal se tornou possível por ter o Estado do Amazonas tomado tôdas as providências legislativas e administrativas com êsse objetivo. No que diz respeito à legislação, o Govêrno do Estado propôs e a Assembléia Legislativa lhe concedeu as medidas constantes da Lei n.º 852, de maio e das leis nºs 891 e 892, de novembro. A primeira assegurou, de parte do Estado, os recursos indispensáveis ao programa de saneamento e as duas últimas reestruturaram o Conselho Estadual de Águas e Esgotos e dispuseram sôbre a criação da Companhia de Saneamento do Amazonas (COSAMA).

Esta Companhia substituirá o DAE, e se constituirá num forte instrumento para o aumento da eficiência e produtividade do serviço de águas de Manaus, pois permitirá que o mesmo seja encarado de modo empresarial e com a flexibilidade e salutar agressividade da iniciativa privada, devendo todo o seu pessoal ser regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Com isto, ficou o Govêrno do Estado armado da legislação necessária, não apenas aos trabalhos de ampliação dos serviços de água de Manaus, na verdade a enraizar todo um sistema para obras de saneamento.

Beneficiará êle por igual a Capital e o Interior e se intentou fazê-lo permanente e capaz, mediante provisões financeiras e

administrativas, de dar continüidade a um programa básico para a saúde e para o desenvolvimento de nossas comunidades.

Concorrências

Nada menos de sete concorrências foram realizadas no ano passado pelo DAE, para a execução das diversas obras necessárias à implantação do novo sistema de abastecimento de água de Manaus, cinco tendo caráter internacional.

A primeira concorrência, para fornecimento das adutoras de 1.250 mm de diâmetro e sub-adutoras de 1.000 mm e de 600 mm, implicou na compra de material no valor global de ..... NCr$ 4.422.277,69 (quatro milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, duzentos e setenta e sete cruzeiros novos e sessenta e nove centavos).

Todo êsse material será em ferro ductil revestido internamente, em cimento, já inteiramente pago às duas firmas vencedoras, uma nacional e outra francesa.

A segunda concorrência, que teve também participação de emprêsa internacional, porém vencida por firma brasileira, destinou-se ao fornecimento das bombas, peças especiais e barrilete da elevatória de alto-recalque, tendo sido o contrato do valor de NCr$ 888.632,00 (oitocentos e oitenta e oito mil, seiscentos e trinta e dois cruzeiros novos).

A terceira, também de caráter internacional, teve como vencedora emprêsa do Estado, cujo contrato, relacionando-se com o fornecimento de transformadores, quadros de comando e material elétrico em geral para as sub-estações transformadoras de energia elétrica, no valor total de NCr$ 661.079,00 (seiscentos e sessenta e hum mil e setenta e nove cruzeiros novos).

A quarta concorrência relacionou-se com o assentamento das adutoras e sub-adutoras, já tendo a firma vencedora assentado cêrca de 70% da sub-adutora Mocó-Aeroporto, estando os trabalhos prosseguindo e cuja conclusão dar-se-á neste semestre.

A quinta concorrência prendeu-se à construção do edifício que abrigará a estação elevatória de alto recalque, no valor de

NCr$ 265.000,00 (duzentos e sessenta e cinco mil cruzeiros novos), e deverá estar concluída em julho vindouro.

A concorrência de número seis, no valor de ..... NCr$ 3.799.492,90 (três milhões, setecentos e noventa e nove mil, quatrocentos e noventa e dois cruzeiros novos e noventa centavos), teve por objetivo a construção de seis reservatórios elevados, sendo dois para cinco mil m3 e quatro para 3.500 m3.

Em fase final de julgamento, a concorrência de número sete, relaciona-se com a construção da estação de tratamento com capacidade para 157.000 m3/dia.

Para a construção do sistema de abastecimento d'água do conjunto residencial do bairro do Japiim, as obras constituídas de captação, adução, reservação e distribuição já foram iniciadas, tendo sido feita tomada de preço. Esta obra foi realizada mediante convênio com a COHAB-Am.

Reestruturação do CEAE

O Conselho Estadual de Águas e Esgotos foi reestruturado pela Lei 891, passando a ser um órgão de assessoramento do Govêrno do Estado, desvinculado do DAE e encarregado de estabelecer as diretrizes relativas ao Saneamento Básico em nosso Estado.

O desvinculamento desonerou o DAE de despesa substancial e deu meios ao Conselho para ser o órgão gestor do Fundo Estadual de Águas e Esgotos do Amazonas, sendo estruturado de acôrdo com a Reforma Administrativa.

Combate à Poluição

Outro problema que mereceu a atenção do Govêrno do Estado, foi o da poluição dos cursos d'águas de nosso Estado, porquanto com o desenvolvimento industrial em curso, faz-se necessário que sejam tomadas medidas preventivas, objetivando cortar o mal pela raiz.

As Leis 891 e 892, deram poderes ao CEAE e a COSAMA para prevenir e combater a poluição, estando, todavia, a lei espe-

cífica sôbre o assunto, sendo estudada pelo CEAE, que examina sugestões elaboradas pelo escritório técnico especializado que atua como consultor, contratado pelo DAE, para assuntos relativos a saneamento.

Em 1969, aquêle escritório (Saturnino de Brito) entregou o parecer encomendado pelo CEAE para opinar sôbre a implantação de um estaleiro à montante e nas proximidades do Bombeamento. Êste parecer, de esmerada qualidade técnica, é de grande valia para o combate a poluição. Revela entre outras coisas um fato que há muitos poderá parecer surpreendente: o Rio Negro tem uma poluição natural, de origem vegetal que, nas épocas das cheias apresenta o seu teor de oxigênio dissolvido, aproximando-se do limite mínimo permissível à vida fluvial. Isto significa que todo o cuidado deve ser mantido contra a poluição adicional a fim de se preservar a vida fluvial dêste rio, nas proximidades de Manaus.

Outras atividades do DAE

Além da execução das diversas frentes de trabalho com vistas ao novo sistema de abastecimento de água, pela Divisão Técnica do DAE teve prosseguimento a operação do atual sistema, já bastante obsoleto e inseguro, a custa do empenho e da dedicação dos funcionários lotados no Bombeamento e do Diretor da Divisão competente.

Foi dado combate ao desperdício e aos vazamentos. O desenvolvimento da cidade, fêz com que aumentasse a demanda de água, tendo sido executadas 1.459 ligações novas, além de outros serviços de rotina.

Em 1969, a receita e a despesa ficaram equilibradas. O titular do DAE empreendeu uma viagem de sete semanas através dos Estados Unidos, patrocinada pela USAID, para observação das atividades referentes a saneamento naquele país, tendo participado ainda do I Encontro de Agentes Promotores do Sistema Financeiro do Saneamento, promovido pelo BNH.

Vale ressaltar que em 1969, o trabalho encetado pelo DAE, dirigido pelo engenheiro Marcos Luiz Massena, ultrapassou todos

os recordes de sua vida administrativa. Com efeito, a par da administração e do aperfeiçoamento de um serviço em expansão contínua, foi dado prosseguimento, em maior escala, à construção e implantação do novo sistema de abastecimento d'água de Manaus, cujo empreendimento vem contando desde o seu início com o assessoramento direto do Dr. Alberto Rocha, Secretário do Planejamento, por incumbência da Chefia do Poder Executivo Estadual.

Esgotos

Eqüacionado o problema do abastecimento de água de Manaus, com as diversas etapas do projeto de engenharia e o estudo de viabilidade dos esgotos de Manaus, que os tem enterrados apenas em pequena parte da cidade, mas nunca utilizados, com o grave prejuízo para as suas condições sanitárias.

Por outro lado, o Govêrno do Estado espera e aguarda que o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) se empenhe, sèriamente, no estudo do saneamento de nossos igarapés e se disponha a realizar as obras indispensáveis a êsse fim.

Serão obras de vulto, cujos dispêndios não serão pequenos e que demandarão alguns anos para a sua conclusão. Foi para êsse fim que, depois de quase um quarto de século de criado, foi afinal instalado em Manaus, em maio de 1969, o 1.º Distrito do D N O S.

O esfôrço conjugado do Govêrno do Estado — que se encarregará do abastecimento d'água e dos esgotos sanitários — e do Govêrno Federal, fazendo o saneamento de nossos igarapés, o que estaria fora de nossos meios e alcance, tornarão Manaus, como todos esperamos e desejamos, uma cidade perfeitamente saneada e assegurarão à nossa comunidade condições de saúde e de desenvolvimento, sem os quais não poderá enfrentar o desafio do aproveitamento da Zona Franca.

Assim, demos cumprimento ao nosso compromisso com o povo de Manaus e com o do interior do Amazonas, criando condições que, em poucos anos, permitirão sanear a nossa Capital e darão água em condições sanitárias adequadas a todos os agrupamentos urbanos de significação.

10. TELECOMUNICAÇÕES

O sistema intermunicipal de telecomunicações do Estado, será consideràvelmente expandido nos próximos meses, com a entrada em funcionamento de mais doze estações radiotelefônicas no interior.

Tendo em vista a vasta extensão territorial do nosso Estado, sòmente através de um sistema de telecomunicações, poder-se-á na realidade, alcançar a integração total de todos os municípios entre si, e êste com a capital, sede da administração estadual.

O programa que a Companhia Amazonense de Telecomunicações — CAMTEL —, vem realizando, assume importância fundamental para o desenvolvimento do nosso hinterland, sendo patentes os seus elevados objetivos de natureza política, econômica e administrativa.

Neste particular, pode-se acrescentar que o Amazonas está tendo um avanço de um século em pouco mais de três anos. Se no presente é flagrante e salta aos olhos os resultados de tal empreendimento, todavia, no futuro melhor será aquilatado em tôda a sua profundidade, a importância dêste trabalho, pelas gerações que advirão, através das experiências vividas.

É do pleno conhecimento público, de quantos habitam êste Estado, das imensas dificuldades em que vivem inúmeros municípios, pràticamente isolados do restante do Estado, tendo muitas vêzes como único elo de contato com a civilização o rádio transistorizado.

Todavia, o início da década de setenta, testemunhará um novo panorama no hinterland amazonense, com o programa que o Govêrno estadual vem empreendendo através da CAMTEL, rompendo o isolamento secular dos municípios amazonenses.

Conforme tivemos oportunidade de acentuar em outra oportunidade, a simples visualização de área do Amazonas, com mais

de um milhão e meio de quilômetros quadrados, evidencia que a própria manutenção dessa fronteira, só poderá subsistir com a implantação de um sistema de transportes e comunicações perfeitamente entrosados.

A atuação da CAMTEL, de acôrdo com o Plano Qüinquenal do Govêrno do Estado, vem se processando em duas frentes.

Capital

Em 1968, entrou em funcionamento o sistema telefônico urbano da cidade de Manaus, com capacidade de seis mil terminais, já totalmente absorvidos pela população, e mòrmente pelo crescimento extraordinàrio advindo com a implantação da Zona Franca de Manaus, provocando o congestionamento do serviço nas horas de maior movimento.

Para atender a êste imprevisível aumento, a emprêsa elaborou um plano de expansão, prevendo-se inicialmente o acréscimo de mais duas mil linhas, tendo o equipamento da estação central capacidade para atender o aumento de dez mil linhas. Está, assim, o sistema telefônico urbano da capital, em condições de atender satisfatòriamente às necessidades da cidade, sendo preocupação da emprêsa, oferecer cada vez mais, um serviço eficiente e à altura do progresso de Manaus.

Serviços em Funcionamento

Além do sistema urbano da cidade, desde 1967, encontram-se em funcionamento as estações radiotelefônicas dos municípios de Manacapuru, Itacoatiara, Parintins e Coari, os quais vêm prestando relevantes serviços para o maior desenvolvimento daquelas cidades, contribuindo para intensificar e melhorar as relações culturais, sociais e econômicas entre àquelas unidades municipais e a capital do Estado.

Por outro lado, foram instalados no ano passado, os primeiros telefones públicos, localizados nos mais diversos pontos da cidade e bairros, beneficiando grandemente a população.

Novas Estações

Durante o primeiro trimestre dêste ano, serão inauguradas doze estações radiotelefônicas, nas cidades de Maués, Codajás, Tefé, Fonte Boa, Benjamin Constant, Barcelos, São Gabriel da Cachoeira, Borba, Manicoré, Humaitá, Lábrea e Eirunepé.

Com o funcionamento destas estações, a CAMTEL cumprirá integralmente o Plano Qüinquenal do Govêrno, com vigência até 1972, inclusivè indo além do que estabelece aquêle Plano, com a implantação dos serviços nos municípios de Codajás, Barcelos e Borba.

Plano para 1970

Além das doze novas unidades componentes do sistema intermunicipal que entrarão brevemente em funcionamento, o plano da CAMTEL para 1970, prevê ainda, segundo o relatório do Presidente da emprêsa, Bacharel Carlos Lins, as seguintes metas:

1) — expansão da rêde urbana da cidade de Manaus;

2) — ligação da cidade de Tabatinga com Manaus, através a Estação de Benjamin Constant;

3) — ligação da cidade do Careiro com Manaus;

4) — Estações Radiotelefônicas nas cidades de Nova Olinda do Norte, Carauari, Urucará e Santo Antônio do Içá;

5) — Estações urbanas nas cidades de Parintins, Coari e Manacapuru.

Sistema de Telecomunicações da Amazônia

Vale ressaltar que, mercê da decisão do ex-Presidente, o saudoso Marechal Arthur da Costa e Silva, quando da instalação do Govêrno Federal em Manaus, a Amazônia Ocidental foi incluída, pela primeira vez, no planejamento nacional de telecomunicações, serviço cujo real alcance só as gerações futuras

poderão estimar com o conhecimento que advém das experiências vividas.

Para a implantação do sistema de comunicações por tropodifusão da Amazônia, já foi realizada a concorrência pela EMBRATEL (Emprêsa Brasileira de Telecomunicações), tratando-se de um empreendimento que colocará o nosso país, entre àqueles possuidores de um dos maiores sistemas por tropodifusão do mundo, considerando o percurso coberto pela rêde.

Com isto, terá a nossa região solucionado um de seus mais graves problemas, qual seja o da comunicação com o restante do país, ainda precário nos nossos dias, dificultando enormemente um intercâmbio mais estreito entre a nossa área e os demais Estados da Federação brasileira.

Na defesa dos interêsses do nosso Estado e da própria Amazônia Ocidental, defendemos junto ao Govêrno da República, prioridade para o tronco oeste (Boa Vista-Manaus-Pôrto Velho-Rio Branco-Cuiabá-Brasília), que chegou a ser colocado em plano secundário, o que tardaria por mais alguns anos, a inclusão do ocidente brasileiro no plano nacional de telecomunicações.

Felizmente a tese defendida pelo Amazonas — apoiada pelas demais unidades políticas da Amazônia Ocidental —, pois também a elas interessava, foi acatada e adotada, porquanto calcada em argumentos evidenciando que o tronco oeste se identifica com diretriz de transporte, de comércio e de relações políticas e sociais cada vez de maior significação na vida regional e nacional.

11. ELETRIFICAÇÃO

É desnecessário acentuar a importância da energia elétrica para o desenvolvimento. É instrumento indispensável ao progresso, sem o qual nenhuma região terá condições de desenvolver-se. Trata-se de uma das obras básicas de infra-estrutura econômica.

As Centrais Elétricas do Amazonas, é o órgão através do qual o Govêrno do Estado vem executando a sua política energética voltada para o interior onde, inúmeros municípios sòmente nos últimos anos da década de 60, tiveram solucionado em têrmos definitivos o problema da falta de energia. Usinas de luz foram inauguradas no ano passado em municípios que há mais de duas décadas pràticamente viviam na base da iluminação de lamparina.

Usinas Inauguradas

Em 1969,no prosseguimento do programa traçado pelo Govêrno, a cargo da CELETRAMAZON, entraram em funcionamento as Centrais Elétricas dos seguintes municípios : Manicoré, Autazes, Codajás, Eirunepé, Atalaia do Norte e Nova Olinda do Norte, com potência instalada para atender perfeitamente às necessidades de consumo daquelas Cidades, inclusivè com previsão para os próximos anos.

Obras Iniciadas

Enquanto isto, foram iniciadas no ano passado, as obras de construção das Centrais Elétricas de Lábrea, São Paulo de Olivença, Fonte Boa, Santo Antônio do Içá, Barcelos e Carauari, as quais serão inauguradas nos próximos meses.

Potencial Instalado

Nos três anos de Govêrno, de 1967 a 1969, a CELETRAMAZON instalou treze unidades geradoras de energia elétrica, totalizando um potencial de 3.840 KVA, nas seguintes cidades:

Em 1967

Barreirinha
Coari
Maués.

Em 1968

Humaitá
Urucará
Benjamin Constant
Tefé.

Em 1969

Manicoré
Autazes
Codajás
Eirunepé.
Atalaia do Norte
Nova Olinda do Norte

Investimento

Os recursos financeiros para a execução do plano de eletrificação do interior, são fornecidos pelo Govêrno do Estado e dotações do Fundo Federal de Eletrificação, Ministério das Minas e Energia e SUDAM.

No exercício de 1967, foram aplicados na construção de usinas, aquisição de equipamentos e rêde de distribuição, NCr$ 858.200,00 (Oitocentos e cinqüenta e oito mil e duzentos cruzeiros novos).

Em 1968, para a execução de seus trabalhos e cumprimento do seu Plano de Obras, a CELETRAMAZON contou com recursos da ordem de NCr$ 5.500.000,00 (Cinco milhões e quinhentos mil cruzeiros novos).

Durante o exercício passado, esta Companhia dispôs para atender ao seu programa com NCr$ 9.612.390,28, dos quais NCr$ 4.091.780,62, do Govêrno do Estado.

CAPITAL

Tendo em vista a elevada expansão da emprêsa, o seu capital societário foi aumentado em 1969, de NCr$ 5.500,00 para NCr$ 10.814.392,00.

Subscrição de Ações

Vale ressaltar que dos recursos recebidos do Govêrno do Estado, a emprêsa aplicou a importância de NCr$ 3.112.000,00 no aumento de Capital da Companhia de Eletricidade de Manaus, contribuindo desta maneira, substancialmente, para o programa de expansão do sistema energético da capital amazonense, a cargo da CEM; aplicou NCr$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros novos) na constituição do Capital da Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais, criada pelo Govêrno Federal; e NCr$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros novos) no aumento de capital do Banco do Estado do Amazonas.

Financiamento ao Usuário

Considerando o baixo poder aquisitivo existente em determinadas regiões amazonenses, a CELETRAMAZON a partir de 1968, introduziu em seu sistema de trabalho um setor de financiamento direto ao usuário, para instalações residenciais, para pagamento em dez parcelas, proporcionando assim condições a que o homem interiorano desfrute dos benefícios da energia elétrica.

Colaboração

Dentro do programa de colaboração com órgãos da administração pública, a CELETRAMAZON firmou convênio com a Secretaria de Viação e Obras e Secretaria de Saúde, para recuperação e instalação de motores geradores da Colônia Antônio Aleixo, o que foi cumprido dentro dos critérios traçados, bem como, com a Companhia de Habitação do Amazonas, para a construção da rêde de distribuição do conjunto residencial "31 de Março", no bairro de Japiim e conjuntos residenciais dos municípios de Itacoatiara e Benjamin Constant.

Por outro lado, para atender as várias emprêsas que se instalarão na cidade de Manacapuru, dentre elas a EMBRATEL (Emprêsa Brasileira de Telecomunicações) a CELETRAMAZON elaborou projeto para a ampliação do Sistema de Geração daquela cidade, já tendo publicado edital para aquisição dos equipamentos.

Cumprimento

As Centrais Elétricas do Amazonas, cuja Diretoria teve como Presidente desde 1967, até princípio de 1970, o Bacharel José Lopes da Silva, vem dando integral cumprimento aos seus objetivos, cuja meta é a eletrificação de todos os municípios amazonenses, dentro de um ritmo de trabalho incessante, graças ao qual novos horizontes estão se abrindo para o maior desenvolvimento do Interior do Estado e bem estar social das populações hinterlandinas.

12. BEM-ESTAR SOCIAL

Habitação

Previdência

Assistência Social

A Companhia de Habitação do Amazonas (COHAB-Am) prosseguiu no ano passado, a dar execução fiel ao plano habitacional do Govêrno estadual inserido no Plano Qüinquenal, através de recursos financeiros do Estado e do Banco Nacional de Habitação.

Em 1969, foi entregue o conjunto residencial "Presidente Castelo Branco", localizado nas proximidades do balneário municipal "Parque 10 de Novembro".

Constituído de 1.303 unidades, êste conjunto veio solucionar o angustiante problema de casa própria para mais de mil famílias amazonenses, graças a êste plano habitacional criado pelo Govêrno Revolucionário, que vem ensejando a que milhares de brasileiros, em todo o país, possam ter seu teto próprio.

A COHAB-Am, sob a direção do Major José Ribamar Nunes Moreira, tem sido assim, o instrumento eficaz e dinâmico através do qual o Govêrno do Estado há proporcionado moradia mais decente a milhares de amazonenses, que em sua totalidade, habitavam antes, casebres de palha ou residências sem os mínimos requisitos de higiene e de habitabilidade.

Com isto, os tapiris que apareceram em grande número com o crescimento desordenado da cidade, à margem das estradas ou à beira dos igarapés e braços de rio, nas circunvizinhanças de Manaus, estão dando lugar a moradias de cimento e tijolo, dotadas de todos os requisitos da civilização moderna.

Cêrca de 2.500 unidades residenciais, compreendendo Capital e Interior, já foram concluídas e entregues pela COHAB-Am, sendo 1.971 em Manaus, e o restante em Itacoatiara (150), Parintins (190), Benjamin Constant (80) e Tabatinga (78).

Desta forma, não apenas a Capital do Estado tem sentido a ação da COHAB-Am, como também o hinterland, que pela primeira vez recebeu êste benefício social, o que aconteceu a partir de 1968.

Novas Unidades

Em Manaus já foi iniciada a construção de mais um conjunto residencial, localizado no bairro do Japiim e denominado "31 de Março". O projeto prevê a construção de dez mil unidades, o que será executado através de etapas.

As primeiras mil residências, estão pràticamente concluídas e serão entregues brevemente.

Pelo BNH, já foi aprovado o projeto para a construção de mais mil casas no conjunto do Japiim, cujas obras serão iniciadas logo a seguir a conclusão da primeira etapa.

Para o interior, serão construídas 152 casas em Coari, 56 em Manacapuru, 50 em Humaitá, 50 em Tefé, e 50 em Maués. Outros municípios serão, igualmente atingidos por êste programa.

A terceira etapa do conjunto do bairro do Japiim, compreende a construção de quatro mil unidades. Em colaboração com o Govêrno do Território Federal de Roraima, a COHAB-Am construirá 400 unidades em Boa Vista, cujo projeto já mereceu aprovação pelo BNH.

A política de previdência social do Estado, teve a sua plena execução através do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Amazonas, que atendeu aos seus 9.897 segurados, prestando-lhes assistência dentro de suas finalidades.

Assistência Médica

Consultas médicas	34.260
Internamentos hospitalares	1.143
Operações cirúrgicas	320
Eletrocardiogramas	209

Tratamentos ortopédicos	69
Laboratório de análises clínicas.	20.622
Radiologia	2.990
Assistência dentária	17.526
Fisioterapia	1.119

Quanto à hospitalização e serviços de pronto socorro, foram dispendidos NCr$ 702.272,44.

Aplicação de Capital

Além dêsses serviços, concedeu o IPASEA 3.482 empréstimos diversos, inclusivè para reparos e obtenção de imóveis, no que aplicou NCr$ 3.634.483,50.

Previdência Social

Foram concedidas 50 pensões novas e dispendidos com o pagamento de pensões nos 12 meses, a quantia de ..... NCr$ 855.201,85.

Assistência Social

Foram concedidos 968 auxílios-natalidade, no valor de NCr$ 104.096,36, tendo sido pagos 50 auxílios-funerários, implicando em despesas da ordem de NCr$ 11.763,44, tendo o Serviço Social procedido a 6.167 atendimentos.

Convênios

Objetivando proporcionar u'a melhor assistência médico-hospitalar aos seus associados, o IPASEA firmou convênios com importantes organizações hospitalares dos Estados da Guanabara e de São Paulo, para tratamento fora de domicílio, para aqueles casos em que os recursos locais se tornarem insuficientes.

Por outro lado, ampliando a sua esfera de ação, o IPASEA procura assistir os servidores estaduais lotados no interior do Estado, para o que inaugurou recentemente a sede da Delegacia

da cidade de Itacoatiara, dotada de gabinete odontológico e médico. Através convênio firmado com a Prefeitura daquele Município, os funcionários da administração municipal também são atendidos pelo IPASEA.

Espera-se que o mesmo venha a ocorrer com os outros municípios, considerando-se as vantagens oferecidas pelo IPASEA àqueles servidores municipais que vierem a filiar-se a êste Instituto.

Igualmente a Delegacia de Parintins vem funcionando regularmente.

O Serviço Social do Palácio Rio Negro, subordinado ao Gabinete Civil, continua a prestar assistência às pessoas necessitadas, atendendo-as dentro das limitações dos recursos orçamentários de que dispõe anualmente aquêle Serviço. Internamentos hospitalar, auxílio funeral, aviamentos de receitas médicas, auxílio para recuperação ou construção de casas e passagens marítimas, constituem ajuda que diàriamente são solicitadas ao Serviço Social.

Por outro lado, estão vinculados ao Serviço Social o Instituto Maria Madalena e a Colônia Agro-Escolar Melo Matos, que funcionam regularmente, abrigando centenas de crianças de famílias pobres, e em cujas instituições recebem a devida assistência material e espiritual.

Prevê o Plano Qüinquenal do Govêrno do Estado, para êste setor, uma ação conjunta com outros órgãos governamentais e particulares, com a finalidade de atenuar o problema do menor abandonado, objetivando de imediato uma solução em caráter preventivo, assim como a execução de um plano calcado nas diretrizes da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor.

13. EDUCAÇÃO

Temos afirmado em diversas oportunidades, a importância fundamental da educação para o processo de desenvolvimento, razão porque o Govêrno vem envidando todos os esforços com vistas a expansão da rêde escolar, para o que deflagrou, nestes últimos três anos, uma autêntica revolução educacional, dentro de um permanente trabalho prèviamente traçado, implantando a reforma do ensino com a atualização dos currículos escolares e a autenticidade regional dos instrumentos de transmissão da cultura, com a ampliação da rêde escolar no interior e na capital, já com o Rodízio Escolar que aumentou em mais 50% sua capacidade de oferta de matrículas e a multiplicação de ginásios e escolas primárias.

Os anos de 1967, 1968 e 1969, viram a execução de um trabalho de estrutura educacional básica que permitirá aos sucessores do atual Govêrno uma obra num esquema sem deficit de matrículas no ensino primário e médio — fato talvez, inédito no Brasil, e que por isso mesmo repercute até hoje nos demais Estados.

Os problemas educacionais estavam aí. Como implantar uma revolução educacional em que surgem os melhores frutos? Convocar a todos para que daí se pudesse colhêr o que há de melhor. A Secretaria de Educação e Cultura convocou o professorado amazonense, reunindo-o no I e II Seminário de Reforma do Ensino Médio e Primário (SEMEP), para contribuir com sua vivência e conhecimento da realidade, dando asas a que se traçasse uma filosofia geral no plano de aperfeiçoamento do ensino.

Foi seu primeiro fruto a reforma dos currículos do ensino médio e primário, que trouxe seleções muito mais realistas e possibilitou ainda a criação de novas frentes de interêsse para o estudante amazonense, através dos cursos de Técnico em Estatística, Técnico em Administração de Emprêsas e Técnico em

Secretariado, funcionando no Colégio "Solon de Lucena". E ainda um curso secundário diversificado para atender a vocação ou tendência de alunos que se destinam a ingressar em curso superior, nos setores específicos das Ciências Biológicas, Ciências Exatas ou Matemáticas, ou Ciências Humanas.

Estatuto do Magistério

Ainda no âmbito da Reforma do Ensino, porque nela tem implicações, destaca-se a elaboração e aprovação do Estatuto do Magistério, velha aspiração, que estabeleceu o regime jurídico do professorado de nível médio e primário do Amazonas, assegurando-lhe o direito de defender seus interêsses sem o auxílio de apadrinhamento ou de solicitações de favor. O Estatuto do Magistério, por outro lado, muito servirá à administração no que concerne ao aprimoramento da mão de obra, premiação dos esforços e justo reconhecimento dos educadores mais capazes, pois estabeleceu como condição para o ingresso nas mais diferentes classes do magistério (docência, assessoramento, direção de escola, orientação pedagógica e educativa, supervisão escolar) requisitos de formação pedagógica sòmente alcançados mediante cursos de nível superior, regulares ou de pós-graduação, ou ainda de cursos de especialização ou aperfeiçoamento. Mesmo as promoções estão subordinadas a êsse critério de aprimoramento da capacitação técnico-profissional dos servidores que executam tarefas de magistério.

Fundação Educacional do Amazonas

Como conseqüência de sugestões colhidas no I SEMEP, o Govêrno autorizou a instituição da Fundação Educacional do Amazonas, órgão vinculado à Secretaria de Educação e Cultura e com encargos de administrar as esferas de educação de nível médio e primário, o que possibilitará um melhor comandamento e aperfeiçoamento da mão-de-obra dedicada ao ensino, bem como dará maior liberdade de movimentos à da tarefa de, manter os serviços de ensino, sem os entraves da burocracia estatal.

Rádio e Televisão Educativa

Sempre com o espírito inovador e voltado para o desenvolvimento sócio-cultural do Estado, a Secretaria de Educação e Cultura, tendo como titular o Sr. Antônio Vinicius Raposo da Câmara — vem de estar realizando dentro de sua ação programada, o projeto da TV Educativa. Importante instrumento de difusão cultural e artística, a TV Educativa já possui o espaço físico onde serão instalados os seus serviços, uma área localizada na Estrada da Ponta Negra, próxima ao início da estrada que liga a Ponta Negra ao Tarumã.

A Fundação TV Educativa, desde que estêve em funcionamento, com a nomeação de sua primeira diretoria pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, Danilo Duarte de Mattos Areosa, em fevereiro de 1968, propôs-se a executar dois projetos, a saber:

a) implantação de uma emissora de televisão educativa na cidade de Manaus;

b) implantação de uma emissora de rádio difusora educativa na cidade de Benjamin Constant.

Com efeito, tais projetos estão sendo executados.

A emissora de televisão deverá entrar em funcionamento em abril de 1970, com instalações provisórias enquanto se conclua a construção do prédio que está sendo erguido na estrada da Ponta Negra, obra com 3.000 m2 de área construída, dos quais cêrca de 1.800 m2 já se acham executados.

Quanto à rádio de Benjamin Costant, também já se acham construídos os estúdios, cabine de locução e palco, devendo a emissora entrar no ar no próximo mês de maio, com a chegada do equipamento já adquirido.

Queremos realçar, nesta oportunidade, que a implantação da rádio de Benjamin Constant, fronteira brasileira, irá beneficiar, não sòmente o Estado, mas também, e de modo altamente significativo, os interêsses cívicos de nacionalidade, porque, em face das dimensões continentais de nosso território, a infiltração de elementos estranhos ao espírito nacional é um fato caracterizado e que afeta a unidade e natureza do país.

Quanto ao aspecto de recursos humanos para o fiel cumprimento das atividades da TV Educativa, foi realizado no auditório "Alberto Rangel", ao que concerne à programação e técnica, um curso intensivo de informação sôbre Televisão Educativa e, mais, foram enviados à França dois bolsistas para realizarem curso e estágio na Rádio e Televisão Francesa.

No que diz respeito a recursos financeiros, no período 1967/1968, a TV Educativa não obteve recursos em virtude de sòmente ao fim do ano de 1967, ter sido autorizada a se instituir (Lei 648, de 30 de setembro de 1967), o que ocorreu logo após (Decreto n.º 1.023, de 28 de outubro de 1967). Em 1968, a TV Educativa teve consignada no orçamento do Estado a verba de NCr$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil cruzeiros novos) dos quais só foram liberados NCr$ 210.000,00 (duzentos e dez mil cruzeiros novos). Também, lhe foi consignado um crédito especial no montante de NCr$ 50.000,00 (cinqüenta mil cruzeiros novos), dos quais sòmente foi liberado NCr$ 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros novos). Em 1969, foram firmados dois convênios, um com a Prefeitura de Benjamin Constant, no valor de ..... NCr$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros novos) e outro com a SEC no valor de NCr$ 36.000,00 (trinta e seis mil cruzeiros novos), dos quais só foram liberados NCr$ 21.000,00 (vinte e um mil cruzeiros novos), ambos em favor da Rádio Educadora de Benjamin Constant.

Finalmente, em 1969, a Fundação Televisão Educativa recebeu dos cofres do Estado, a importância de ..... NCr$ 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil cruzeiros novos), provenientes da receita orçamentária e NCr$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros novos) provenientes de crédito especial. O órgão em fóco firmou, ainda, convênio com a SEC no montante de NCr$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros novos), para a construção e aquisição de equipamentos e tôrres para a Rádio Educadora de Benjamin Constant.

Situação Educacional do Estado

Sôbre um planejamento para a educação e para a cultura repousam os vetores sociais que modificarão o arcabouço de

uma antiga situação, eivada tôda ela nos vícios próprios ou uma estrutura já ultrapassada e perfeitamente passível de uma transformação que lhe permitirá fornecer as bases para um êxito continuado dos encargos do desenvolvimento sócio-econômico.

No caso especial do Amazonas, a situação educacional se entremostrava de maneira bastante dramática no período anterior a atual administração, a exigir um acurado estudo e imediatas soluções, no que pese as reservas que se deve ter no que respeita aos dados estatísticos, quase sempre escassos e algumas vêzes irreais.

Para se ter uma idéia dessa situação, o resultado de um levantamento na cidade de Manaus, realizado pela CODEAMA, em maio de 1966, nos informava que 18,1% da população da Capital era analfabeta, que 38,5% possuía o primário incompleto, que 14,1% tinha o curso primário completo, que 16,3% apresentava o primeiro ciclo incompleto. Disso resultava que 87,3% da população de Manaus possuía um grau de instrução abaixo do curso médio (1.º ciclo), evidenciando, concomitantemente, a necessidade de uma urgente modificação dêsse panorama educacional da população da capital amazonense.

Rodízio Escolar — (sistema de turmas alternadas)

Uma das principais preocupações do atual Govêrno era o da expansão da rêde escolar para atender ao vertiginoso crescimento da procura de vagas.

Nesse sentido, foram concentrados todos os esforços para que tôda a população escolarizável, sem distinção, obtivesse matrícula nos estabelecimentos oficiais de ensino primário e médio.

Os dados referentes ao número de unidades escolares demonstram essa preocupação.

Quadro demonstrativo

ESTADO DO AMAZONAS

ANOS	ENSINO PRIMÁRIO		ENSINO MÉDIO	
	Estabelecimentos existentes	Crescimento relativo (%)	Estabelecimentos existentes	Crescimento relativo (%)
1966	91		9	
1967	93		10	
1968	112		21	
1969	121	30 (33%)	24	15 (166%)

No entanto, para poder acompanhar o crescimento da população escolar, sòmente na capital, o Estado teria de construir nada menos que cinco (5) escolas primárias e um (1) ginásio cada ano, o que seria de todo impossível devido a escassez de recursos financeiros. Por outro lado as dificuldades não se resumiriam aí, pois outra de vital importância viria como conseqüência, a qual seria de dotar êsses estabelecimentos com o material didático exigido pela moderna técnica educacional.

Como os recursos financeiros não eram suficientes para que o Estado fizesse edificar os prédios escolares necessários na quantidade correspondente ao crescimento das matrículas no ensino primário e médio, a Secretaria de Estado da Educação e Cultura elaborou o "Sistema de Turmas Alternadas", fazendo com que os prédios escolares já existentes fôssem utilizados durante os doze (12) meses do ano, sem prejuízo das férias de alunos e professôres.

Em síntese o sistema objetivou:

— aumentar, em até 50%, a capacidade da rêde escolar de ensino primário e médio;

— extinguir o turno intermediário nos grupos escolares, permitindo que as crianças freqüentem a escola em horário normal e com maior rendimento de aprendizado;

— aumentar o período de permanência do aluno na escola primária;

— permitir a redução do número de alunos por turma;

— permitir a destinação de maiores recursos financeiros para o aperfeiçoamento de professôres e reaparelhamento das unidades escolares existentes.

Para fazer frente ao problema com o qual o Estado estava se defrontando, o Sistema de Turmas Alternadas foi a solução encontrada, pois, com a efetiva execução do mesmo, os estabelecimentos de ensino primário e médio passaram a funcionar plenamente durante os dozes meses do ano e com sua capacidade de matrícula aumentada em 50%.

Ensino Primário

A evolução do ensino primário a partir do ano de 1966, até o ano de 1969, se tomarmos por base o quadro que segue abaixo, demonstra a superlativa oferta de matrículas que se fêz sentir, como seja :

ESTADO DO AMAZONAS

Ensino Primário

MATRÍCULAS

1966 — 1969

	ANOS			Crescimento Relativo (%)	
	(a) 1966	(b) 1968	(c) 1969	a / c x 100	b/ c x 100
Capital ...	34.200	51.300	60.400	43,4	15,3
Interior ...	45.200	68.500	81.987	44,9	16,5
Total	79.400	119.800	142.387	44,5	16,5

Fonte : Secretaria de Educação e Cultura.

Então, como é fácil observar, o deficit que era encontrado pelo Plano Qüinquenal do Govêrno, foi debelado após dois anos de sua realização, isto graças a implantação do rodízio escolar que veio dar condições a considerável aumento da capacidade efetiva da rêde escolar pública, sem prejuízo da carga horária. Como pode ser visto, na capital o acréscimo oferecido, em números absolutos, foi da ordem de 26.200 matrículas em 1969, com relação a 1966, ocorrendo para o interior um acréscimo da ordem de 36.787 matrículas e, no Estado foi de 62.987 novas oportunidades a que a população escolarizável pudesse usufruir do direito a educação primária.

Sob outro enfoque, demonstramos que conforme a II Pesquisa sócio-econômica realizada, em outubro de 1968, na cidade de Manaus, já aparece uma diminuição no percentual de analfabetos, que passou a ser 14,4%, enquanto que em 1966, conforme a I Pesquisa, em maio de 1966, mostrava uma participação de 18,1% e mais, que devido o aumento da oferta de oportunidade de matrícula a participação da população que era de 38,5%, que possuía o primário incompleto, passou a ser de 42,25%, o que vem deixar claro o trabalho desenvolvido pela Secretaria de Educação e Cultura de dotar o Estado de condições melhores quanto ao nível de cultura de sua população e efetivando sua colaboração à dinâmica de desenvolvimento que está sendo dada ao Estado pelo atual Govêrno, preparando mão-de-obra do nível médio e primário para o desenvolvimento.

Ensino Médio

Considerando a obrigatoriedade de escolarizar as crianças compreendidas na faixa etária de 7 a 14 anos e a expansão normal da demanda, seria, no Estado do Amazonas, necessária a construção acelerada de novas unidades escolares, para atendimento escolar de nível médio, a médio prazo, em número adequado.

Sob êste espírito a Secretaria fêz instalar dez unidades para o ensino médio na capital e quatorze unidades no interior, o que vem demonstrado no quadro a seguir, com o relativo crescimento em comparação com o ano de 1966, como seja :

Ensino Médio

E S C O L A S

1966 — 1969

	ANOS		CRESCIMENTO RELATIVO (%)
	1966	1969	
CAPITAL	7	10	43
INTERIOR	1	14	1300
TOTAL	8	24	300

Fonte : Secretaria de Educação e Cultura.

Apesar da necessidade antes delineada e efetivamente realizada, a Secretaria vem de colocar em prática, com o advento do Rodízio Escolar, a indicação do Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970), do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, no que tange a construção de novas unidades escolares, pois o mesmo diz que "antes de programar novas construções, deve ser desenvolvida uma política estratégica de plena utilização da rêde, visando o melhor aproveitamento, através da transformação, em salas de aula, de áreas destinadas a outras atividades, além da instituição do sistema de alternância do uso das salas, durante o dia escolar, a semana escolar e o ano letivo, de modo a conseguir-se maior número de matrículas com a atual capacidade disponível".

Assim, a Secretaria de Educação e Cultura, vem de conseguir através do "Sistema de Turmas Alternadas", o objetivo maior do trienal, o qual seja a utilização da capacidade ociosa das salas de aula, com o proporcionamento de u'a maior oferta de vagas aos estudantes do curso médio, culminando com a abolição, em 1970, do exame de admissão, conseqüentemente a integração do ensino primário e médio.

Pode ser observado através do quadro a seguir, o volume mais que proporcional de oferta de vagas, como seja :

ESTADO DO AMAZONAS

MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO

1966 — 1969

	ANOS		Crescimento Relativo da oferta (%)
	1966	1969	
CAPITAL	9.900	18.800	100
INTERIOR	100	1.900	1.800
TOTAL	10.000	20.700	117

Fonte : Secretaria de Educação e Cultura.

Dessa forma fica atingida, em têrmos, a substancial expansão quantitativa do ensino público, abrindo corajosamente o caminho para sua gradual universalização, não deixando, no entanto, de redobrar esforços no sentido de melhoria qualitativa através de normas e reformas de currículos escolares, de modo a permitir imediato acesso ao trabalho a grande número de diplomados dêsse nível, e nesse ano que se inicia deverá ser dada grande ênfase a um programa de "ginásios orientados para o trabalho" e aos de formação de técnicos de nível médio, nas áreas agrícola e industrial.

Atuação da CEPE

A Comissão Especial de Projetos Educacionais, órgão da SEC, realizou no exercício de 1969, diversos trabalhos de recuperação, ampliação, reforma e reparos nos prédios dos estabelecimentos de ensino do Estado, de acôrdo com relação anexa ao relatório do titular da SEC :

Em Manaus : Grupos Escolares Adalberto Vale, Instituto Benjamin Constant, Antônio Bittencourt, Senador Cunha Mello,

Fueth Paulo Mourão, 1.º de Maio, Zulmira Bittencourt, que tiveram acréscimo de novas salas de aulas; Márcio Nery, Padre Agostinho Martins, Sant'Ana, Governador Melo e Póvoas, Marechal Hermes, Farias Brito, Luizinha Nascimento, Leonília Marinho, Marquês de Santa Cruz, Almirante Barroso, Carvalho Leal, Colégio Estadual do Amazonas, Monteiro de Sousa, Pedro Silvestre, Euclides da Cunha, Saldanha Marinho, Diana Pinheiro, Barão do Rio Branco, Getúlio Vargas, Cônego de Azevêdo, Ribeiro da Cunha, Visconde de Mauá, Murilo Braga, Major Silva Coutinho, Estelita Tapajós, Antônio Telles de Souza, Machado de Assis e Nossa Senhora Aparecida.

No município de Benjamin Constant: Coronel Raimundo Cunha; em Manacapuru: Ginásio local; em São Gabriel da Cachoeira: Instituto Benjamin Constant e Dom Pedro Massa; Ginásio de Borba; em Itacoatiara: Coronel Cruz; e em Humaitá: Oswaldo Cruz.

Recursos Financeiros

No decorrer do ano de 1969, a Secretaria de Educação e Cultura veio de firmar convênio com o Ministério de Educação e Cultura, a exemplo dos anos anteriores (1967-1968), no valor de NCr$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil cruzeiros novos) distribuidos da seguinte forma:

Ensino Primário	NCr$ 2.000.000,00
Ensino Médio	NCr$ 600.000,00

Verba essa destinada a pagamento de pessoal docente e técnico, aperfeiçoamento de pessoal, material de consumo, locação de prédios escolares, reforma e ampliação de prédios escolares, equipamento escolar, etc., acontecendo, entretanto, que até a presente data essa verba ainda não foi liberada, o que deverá acontecer, irremediàvelmente, no decorrer de 1970.

Já no período de 1967/68, também, em decorrência de convênio firmado com o Ministério de Educação e Cultura, esta Secretaria recebeu e aplicou, em 1969, o recurso descrito no quadro a seguir:

ESTADO DO AMAZONAS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Recursos Financeiros

1967 — 1968

ANOS	APLICAÇÃO E VALOR (NCr$)			TOTAL (NCr$)
	Curso Primário	Curso Médio	Salário Educação	
1967	424.633,00	376.907,00	399.900,00	1.209.440,00
1968	295.416,00	343.222,58	586.350,00	1.224.988,58
TOTAL ...	720.049,00	720.129,58	986.250,00	2.426.428,58

Fonte : Secretaria de Educação e Cultura.

Na oportunidade, convém salientar, que a Secretaria de Educação e Cultura já prestou contas ao Ministério de Educação e Cultura de todos os recursos recebidos, inclusivè de gestões anteriores, desde 1964, conforme salienta em seu relatório o titular da SEC.

Os recursos oriundos do Ministério da Educação e Cultura foram utilizados de acôrdo com o Plano de Aplicação Elaborado, prèviamente. Destinam-se além dos percentuais referentes à administração dos convênios, a manutenção e expansão da rède estadual de ensino primário e médio, bem assim de tudo o quanto já foi dito anteriormente.

Quanto aos recursos fornecidos pelo Estado, a Secretaria de Educação dispendeu no exercício de 1969, com o funcionamento de suas unidades de serviço a dotação de NCr$ 14.760.661,92, representando "Despesas Correntes" (custeio e transferências correntes); e NCr$ 2.986.179,40, com "Despesas de Capital" (investimentos e transferências de capital), totalizando ..... NCr$ 17.746.741,32.

14. POLITICA CULTURAL

Instalada a 8 de maio de 1968, a Fundação Cultural do Amazonas tem por principal objetivo, a execução da política cultural do Estado, através do funcionamento pleno das instituições culturais sob a sua supervisão direta, como primeira tentativa organizada da participação estatal na promoção da cultura. O trabalho até aqui desenvolvido vem apresentando resultados os mais animadores, notadamente no que tange à renovação e revitalização dos quadros e às perspectivas abertas pelos novos empreendimentos levados a efeito.

Cumpre salientar, no entanto, que êsses resultados nos parecem tanto mais estimulantes quando os sabemos decorrentes, não do improviso, e sim do estudo metódico a que são submetidas tôdas as promoções, onde o critério do interêsse público preside invariàvelmente as decisões. Não será, portanto, necessário frisar que êles se devem, em parte, ao bom entrosamento e desempenho das equipes que atuam nos diferentes setores em que se faz sentir a presença da Fundação Cultural do Amazonas, de vez que, não contássemos com o entusiasmo e a abnegação dos quadros funcionais, bem pouco, na verdade, nos seria lícito esperar, levando-se em conta a magnitude dos objetivos e os meios de que dispomos para conquistá-los.

Importantes atividades foram implantadas em 1969, como por exemplo, o Serviço de Cinema, com a conseqüente criação do Cine Clube "Humberto Mauro" e seu funcionamento organizado, com uma projeção semanal no auditório "Alberto Rangel" e crescente assistência constituída de sócios e não-sócios. Outra atividade implantada durante o período, e que se coroou de pleno êxito, foi a I Feira do Livro, realizada de 31 de janeiro a 22 de fevereiro, em praça pública, com a participação de onze livreiros nacionais.

Entre as atividades desenvolvidas em 1969, e em fase de implantação, podem ser citadas:

Na Biblioteca do Estado: o Arquivo da Palavra, criado com a finalidade de documentar tôdas as conferências e seminários realizados no auditório "Alberto Rangel", bem como depoimentos e entrevistas com personalidades em trânsito e intelectuais e técnicos locais.

Serviço de Bibliotecas Volantes, objetivando incrementar o gôsto da leitura, tornando-o extensivo ao maior número possível dos habitantes das áreas suburbanas e centrais da cidade, através de um sistema de empréstimo de livros a domicílio.

Objetivando promover a irradiação da cultura de Manaus para o interior, levando as populações interioranas a participarem, finalmente, de bens até aqui considerados privilégios do homem da cidade, serão criadas Casas da Cultura nas sedes dos municípios.

As duas primeiras unidades, serão brevemente inauguradas nas cidades de Itacoatiara e Parintins, dotadas de auditório, equipado de palco para representações teatrais, cursos, seminários, conferências, etc., bibliotecas e alojamentos para artistas em trânsito.

Com as inaugurações destas duas unidades, estará o Govêrno do Estado criando algo absolutamente novo, não só no Amazonas, mas, seguramente, em todo o Brasil, de vez que se trata de uma atividade pioneira, de fato, e da qual nos é lícito esperar os melhores resultados, como salienta em seu relatório, o presidente da Fundação Cultural.

O III Festival da Cultura, incluiu-se também entre as atividades de maior expressão levadas a efeito em 1969, pela Fundação Cultural. Estes festivais têm servido como instrumento de grande eficácia para a elevação do nível de realização artística da nossa juventude, mediante o estímulo representado pelos prêmios oferecidos de caráter competitivo do certame.

Os Prêmios Estado do Amazonas, criados por lei, têm galardoado nestes Festivais, os melhores trabalhos nos campos da literatura, das artes plásticas, da música, do teatro e do cinema.

Cabe destacar, ainda, como empreendimento da mais alta significação cultural, levado a efeito no ano passado, o aparecimento das Edições Fundação Cultural do Amazonas (discos e livros). Elas representam, sem dúvida, a retomada do caminho aberto pelas Edições Govêrno do Estado do Amazonas, em bases, porém, renovadas, porquanto as obras dadas ao prelo são, antes, submetidas aos critérios seletivos do Conselho Estadual de Cultura.

Com financiamento do Plano Nacional de Cultura, por fôrça de convênio celebrado entre o Conselho Federal de Cultura e o Govêrno do Estado do Amazonas, foram editadas nada menos de sete obras literárias e um disco.

As obras foram as seguintes:

— "Homem Amazonense e o Espaço"; "Amazônia, tragiepopéia em 4 jornadas"; "Como surgiu a Noite"; "Carta de Segurança"; "Linha D'água"; "Dicionário Amazonense de Biografias" e "A Comunidade Luso-Brasileira — desafio a dois povos". O disco, intitulado "Canto da Amazônia", reúne 16 peças musicais dos mais representativos intérpretes da alma amazônica.

A Fundação Cultural realizou no decorrer de 1969, uma série de espetáculos no Teatro Amazonas, tais como peças teatrais, por companhias locais e de outros Estados; música erudita, música popular e danças, além da realização de Curso Livre de Música e Curso de Dança.

Na Pinacoteca do Estado, realizou-se o III Curso de Desenho e Pintura, bem como 10 exposições e conferências.

Com um acêrvo bibliográfico constituído de 201.909 volumes a Biblioteca do Estado recebeu, em seus salões de leitura, a visita de 31.624 consulentes em 1969.

15. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Novo Órgão de Assessoramento

Escola de Serviço Público

Aperfeiçoamento do Pessoal

Com a extinção do DASPA (Departamento de Administração do Serviço Público do Amazonas), em obediência a imperativos básicos inadiáveis que reclamavam a sua estrutura administrativa, foi transformado em Secretaria de Estado de Administração. Resultou tal mudança de estrutura, como é sabido, no dilargamento de responsabilidades e tarefas. À condição de órgão centralizador da política de pessoal do Govêrno do Estado, somaram-se novas atribuições e competências, de par com o encargo de confecção de folhas de pagamento do pessoal ativo e inativo da Administração Pública Estadual.

A Secretaria de Estado da Administração (SEAA), criada por fôrça da Lei 901, de 26 de novembro de 1969, tem por finalidade a centralização dos assuntos administrativos gerais de pessoal, material e organização, orientando os demais órgãos da administração estadual, centralizada ou descentralizada, na solução dos problemas que a êsse assunto se referirem. Vê-se, pois, que a responsabilidade da Secretaria de Administração cresceu ainda mais, propiciando aos funcionários que nela empregam atividades de desdobramento de trabalho racional, face a complexidade do seu sistema organizacional.

Estamos conscientes — conforme acentua o Secretário de Administração, Bacharel José Caitete da Silva Filho —, de que a Administração está sendo moldada dentro de esquemas rigorosamente técnicos, em perfeita sintonia com as aspirações dos funcionários e, particularmente, do público interessado em seus serviços. Essa providência administrativa, para esquematização da qual requereu uma equipe altamente especializada, ùnicamente tem por escôpo a satisfação de necessidades básicas às unidades administrativas subordinadas ao Poder Executivo.

Reforma Administrativa

O Govêrno estadual instituiu um Grupo de Trabalho para a Reforma Administrativa, com a preocupação fundamental de estudar assuntos relacionados a problemas administrativos, no qual foram analisados rigorosamente a transformação de órgãos públicos, objetivando solucionar pontos de estrangulamentos que perturbam, efetivamente, o rendimento normal da máquina burocrática.

Assim sendo, o Departamento de Imprensa Oficial passou a ser Autarquia; a Delegacia de Trânsito a Departamento e o DASPA a Secretaria de Estado de Administração.

Outras providências neste sentido serão tomadas, porquanto a Administração Pública Estadual não poderá conservar a mesma estrutura administrativa de há um século atrás, de vez que o seu arcabouço burocrático não suportará a carga de responsabilidades decorrentes da complexidade de suas tarefas.

Neste particular, necessário se torna proceder-se mudanças em profundidade, para efeito de eliminação de arestas, em virtude das quais o enguiçamento da máquina burocrática se manifesta com nitidez impressionante.

Aperfeiçoamento

No que concerne ao princípio de aperfeiçoamento, o extinto DASPA, através da Escola de Serviço Público do Amazonas (ESPEA), realizou cursos intensivos e conferências versantes sôbre matérias vitais da problemática administrativa, treinando e aperfeiçoando funcionários não apenas estaduais, como também federais e municipais, na certeza de que em assim procedendo, está dando cumprimento às finalidades estatutárias.

No ano passado, a ESPEA formou a 1.ª turma do Curso de Assistente Técnico de Administração, em nível médio, formando mão-de-obra especializada, cujos ensinamentos práticos e teóricos transmitidos pelos professôres constituir-se-ão em garantia para um efetivo exercício de atividades, sejam no âmbito da administração pública, sejam no da administração privada.

A Secretaria de Administração, assim como o era o DASPA, órgão de assessoramento do Govêrno do Estado, em matéria de administração — procura tanto quanto possível adotar o princípio de uniformidade no solucionamento de questões idênticas no que pertine ao sistema de pessoal, de maneira a assentar uma política justa e eqüânime, com base na legislação própria e na jurisprudência administrativa.

Escola de Serviço Público

A Administração, para bem e melhor executar os trabalhos afetos ao Govêrno, precisa acima de tudo de dispor de pessoal perfeitamente habilitado para tal fim. Não basta, contudo, selecionar candidatos ao serviço público, através de concursos, deixando-os depois desassistidos, sem condições de desenvolver o seu potencial de inteligência e capacidade, através do domínio de novas técnicas e métodos de trabalho e atualização de conhecimentos. É preciso, sobretudo, acompanhar o servidor durante tôda a sua carreira, ajustando-o e promovendo-o, ou melhor, ajudando-o a ajustar-se, a promover-se em sua carreira funcional.

A Escola de Serviço Público do Estado do Amazonas (ESPEA) visa a êsse fim.

Diante dessa perspectiva de atuação a Escola bifurcou a sua programação de ensino, objetivando atender tanto ao funcionário público já em plena desincumbência de suas atividades funcionais sejam de chefia, sejam simplesmente executivas, por intermédio de cursos rápidos e intensivos de treinamento, como também, ao que sendo ou não servidor do Estado, deseja adquirir conhecimentos e especialização em grau médio, na vasta e hoje em dia amplamente vitoriosa ciência da administração.

Atuação da ESPEA

No campo de treinamento, a Escola descortinou ao funcionalismo amazonense as mais amplas perspectivas de melhoria e dignificação profissional, propiciando-lhe o aprendizado de novas técnicas de racionalização e organização administrativa que por certo lhe colocarão em seu verdadeiro papel no contexto do desenvolvimento e progresso do Estado.

A realização de vários Cursos Intensivos a respeito das diversas técnicas administrativas tem procurado demonstrar e confirmar que o treinamento não é apenas um problema de preparação de mão de obra para tarefas imediatas, é também uma questão de liderança. A emprêsa pública ou privada, como qualquer outra instituição social, deve formar os seus próprios Líderes nos diferentes níveis e especializações de suas atividades.

Já quanto ao Curso de Formação em grau médio de Assistente de Administração, com esta realização a Escola pretende, calcada na orientação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e na experiência acumulada de outros estabelecimentos afins, sediados em outras unidades da Federação brasileira, oferecer mais uma opção aos estudantes egressos do primeiro ciclo secundário, que assim poderão inclinar-se para o estudo e especialização (em nível médio) da Ciência da Administração, isso já no âmbito universitário.

Esta é a tarefa da ESPEA, um trabalho profundo e de largo alcance que objetiva principalmente proporcionar o instrumental mais valioso para a edificação do grande futuro do Amazonas — o material humano.

Cursos Realizados

Durante o exercício de 1969, além de haver formado a primeira turma do Curso de Assistente de Administração (nível médio), com duração de 3 anos e objetivando formar Assistente de Administração para o exercício de atividades executivas na Administração Pública e empresarial, a ESPEA promoveu vários cursos de treinamento, os quais contaram com a presença de funcionários federais, estaduais e municipais, assim como de emprêsas particulares — indústria e comércio — oriundos dos Territórios limítrofes e do Estado do Acre, já tendo treinado até o ano passado um total de 1.529 funcionários.

Programação para 70

No exercício de 1970, a ESPEA realizará novos Cursos de Treinamento, tais como: de Reforma Administrativa, Adminis-

tração Financeira e Orçamentária, Classificação de Cargos, Chefia e Assessoramento, Prática Datilográfica, Redação Oficial, Escriturário e Oficial Administrativo.

E assim, a ESPEA vem se constituindo num instrumento eficaz para imprimir novos métodos na administração pública estadual, eliminando o empirismo administrativo e abrindo novos horizontes ao funcionalismo.

É estabelecimento de nível médio, vinculado à Secretaria de Administração, para no campo de Administração Científica, e mais particularmente, da pública administração, exercer atividades de ensino, de pesquisa, de documentação e de assistência técnica ao Govêrno do Estado e às organizações públicas ou empresariais.

16. JUSTIÇA

Cabe à Secretaria do Interior e Justiça, funções relevantes na administração estadual, funcionando como órgão de orientação e coordenação das relações do Govêrno do Estado com o Poder Judiciário, com as autoridades federais, estaduais e municipais, superintendendo os serviços e atividades relativas à segurança pública, à prestação de assistência técnica aos Municípios, à guarda e conservação de documentos públicos e a publicação de atos oficiais.

O edifício-sede desta Secretaria está em excelentes condições, graças a recuperação total interna quanto externa, voltando a ostentar tôda a sua beleza arquitetônica.

No Regimento Interno desta Pasta, ainda em vigor, constam dois setores novos, de grande importância: O Serviço de Documentação e a Divisão de Municipalidades. O primeiro passará a funcionar durante êste ano, enquanto que o segundo foi instalado em abril do ano passado.

Assistência aos Municípios

A Divisão das Municipalidades, tem dado assistência jurídica, administrativa e informativa a Prefeitos e Vereadores de vários municípios hinterlandinos, além de contato bem mais estreito com o Serviço Nacional dos Municípios, na parte atinente a legislação federal específica.

De maio a dezembro, foram expedidos vários pareceres escritos, além de atendimento de inúmeras consultas verbais solicitadas pelos senhores Prefeitos.

O cadastro territorial de todos os Municípios está concluído, abrangendo: 1. Situação física; caracterização dos municípios, limites municipais segundo as micro-regiões, áreas territoriais e

tábuas itinerárias da Capital do Estado às sedes municipais e vice-versa. 2. Situação geográfica, incluindo: população recenseada em 1960, por especificação segundo as micro-regiões — população estimada de 1967 e 1968. 3. Informações históricas sôbre os Municípios.

Município-Escola

Em convênio com o Serviço Nacional dos Municípios (SENAM) a Secretaria do Interior e Justiça levou a efeito, a partir de maio, o programa intitulado Município Escola-Itinerante, que através de técnicos contratados, ministrou cursos em diversos municípios amazonenses, prestando-lhes assistência técnico-administrativa, colaborando inclusivè na feitura de leis indispensáveis ao melhor funcionamento daquelas administrações municipais.

O Município Escola-Itinerante estêve em Itacoatiara, Parintins, Tefé, Bôca do Acre, Manacapuru, Novo Aripuanã, Coari, Benjamin Constant, Eirunepé, Codajás e Borba.

Foram assim onze municípios que receberam esta assistência direta, pela primeira vez levada a efeito em nosso Estado, cuja programação terá continüidade êste ano, quando doze unidades municipais receberão a visita da equipe técnica do Município-Escola.

Essa peregrinação teve efeito altamente positivo, haja vista as comunicações chegadas à SIJ, agradecendo a atuação daqueles técnicos que transmitiram aos Prefeitos e funcionários municipais o que há de mais moderno na técnica municipalista, como também enquadrando-os dentro da filosofia da atual reforma administrativa federal implantada pelo Decreto-lei 200/67. Ressalte-se, a propósito, que foi procedida a reforma administrativa nos municípios de Anori e Atalaia do Norte.

A Secretaria do Interior e Justiça, a cuja Pasta são subordinados o Departamento de Segurança Pública, Polícia Militar, Departamento de Imprensa Oficial e Arquivo Público, desempenhou a contento as suas múltiplas atividades no exercício de 1969, tendo como titular o Dr. José Mattos Filho, sendo de destacar a assistência que passou a prestar aos Municípios, com a criação da Divisão de Municipalidades.

Imprensa Oficial

O Departamento de Imprensa Oficial ainda continuou, no ano passado, a enfrentar sérios problemas: reduzido número de pessoal e deficiência de máquinas, quadro que há muito anos se depara naquele setor.

Para solucionar êstes problemas, foi o aludido Departamento transformado em Autarquia pela Lei 898, de 20 de novembro de 1969. Também através de lei, foi liberado um crédito para reequipamento daquela Imprensa Oficial.

Com essas providências, dentro de mais alguns meses será aumentada a sua capacidade de trabalho, com o que lucrará tanto a administração pública como particulares que têm interêsse em matérias das mais variadas espécies.

Arquivo

A Divisão do Arquivo Público, dentro do que lhe é possível dispor, vem trabalhando para guardar devidamente a documentação preciosa, útil e sem a qual o passado de nossa terra ficaria ignorado, bem como a vida dos servidores públicos.

Aparentemente, os documentos estão bem guardados. Necessita todavia, êste órgão, espaço maior e melhores instalações, o que se espera solucionar no decorrer dêste ano.

17. MINISTÉRIO PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Amazonas, regido pela Lei n.º 567, de 17 de janeiro de 1967, com as alterações constantes das de n.os 702 e 827, de 30 de dezembro daquele mesmo ano e de 6 de dezembro de 1968, constitui o órgão de fiscalização da aplicação da Lei, na defesa das instituições e da sociedade e no amparo dos direitos individuais.

Em decorrência das disposições inseridas na Lei Magna Estadual, que mereceram impugnação do Executivo e conseqüentemente suspensas em sua execução para que o mais Alto Pretório do país conhecesse da constitucionalidade ou não dos diversos artigos impugnados, o Ministério Público foi atingido em sua organização, pela impossibilidade de se preencherem os cargos vagos na primeira entrância, de vez que, pelo que dispõe o art. 76 da Constituição Estadual, o início da carreira passaria a ser cargo de Promotor Adjunto, mediante concurso público de provas e títulos. Suspensa a execução dêsse preceito, não poderia ser realizada a seleção prevista, nem proposta a nomeação interina para as Comarcas em conseqüência de serem leigos os titulares do cargo inicial que se encontram em exercício, nem promovidas outras medidas até que o Supremo Tribunal se houvesse no conhecimento da impugnação, encaminhando-a ao Senado para publicar a Resolução ou ao Presidente da República, no recesso do Parlamento.

Com o evento da Emenda Constitucional n.º 1, poderão ser providos os cargos indicados na lei, sem a necessidade do concurso de provas e títulos, e em conseqüência, poderá a Procuradoria Geral de Justiça, servindo-se da faculdade que lhe confere o artigo 18 e seus parágrafos do Código do Ministério Público, promover a admissão de Promotores Substitutos, bacharéis ou não, para suprir as faltas nos quadros de agentes ministeriais do Interior, até que se ultime a institucionalização do Ministério

Público pela revogação do preceito incluído na Constituição do Estado e que tanto tumulto causou ao organismo.

A Procuradoria Geral de Justiça empenha-se na elaboração de proposições que permitam dar ao Ministério Público de primeira entrância sua reorganização, bem como o Regulamento da Secretaria do órgão, indispensável a que possa organizar o seu quadro para execução plena dos serviços que lhe são afetos, em decorrência da lei.

Relações

O Executivo estadual ressalta as melhores relações mantidas com a Chefia do Ministério Público, na pessoa do seu titular, Doutor Mário Jorge Couto Lopes, salientando o seu labor constante na exata aplicação da lei a seus transgressores, em que Promotores e Curadores atuam com independência e valor cívico, na melhor demonstração de sua dedicação e capacidade cultural.

Não menos respeitosas e cordiais foram relações mantidas entre o Ministério Público e o Poder Judiciário, sejam as do Procurador Geral e dos titulares designados para funcionarem junto as doutas Câmaras, com a Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça, Corregedoria e Secretaria do Tribunal, bem como a Magistratura de Primeira Entrância, mantendo-se em alto nível suas próprias discordâncias no entendimento do Direito.

Instalações

Esperamos que no corrente exercício, a Procuradoria Geral da Justiça funcione em melhores instalações, proporcionando a seus servidores condições mais adequadas para o desempenho de suas tarefas, bem como de salas condignas ao trabalho dos Promotores e Curadores, instalação de biblioteca especializada e organização da estatística criminal, segundo deseja o titular dêste órgão.

Novos Encargos

A decretação do novo Código Penal, com vigência para 1.º de julho de 1970, implicará em providências compatíveis à sua

aplicação, esperando, ainda, conforme esclareceu o Ministro da Justiça, que seja publicado antes daquela data o novo Código do Processo Penal, o que ensejará estudos e providências para a aplicação da legislação penal substantiva e adjetiva. A legislação revolucionária trouxe também novos encargos ao Ministério Público, nos crimes de responsabilidade da Administração Pública.

Melhores Condições

Tem sido preocupação do Govêrno do Estado, proporcionar melhores condições para o funcionamento da Justiça nos municípios, assim como oferecer aos Juízes e Promotores residências mais condignas, por reconhecer o trabalho importante que realizam no hinterland amazonense, indispensáveis à existência legal daquelas unidades municipais. É digna de louvor a atuação daqueles dedicados representantes do Poder Judiciário, muitas vêzes exercendo seu mistér com sacrifícios pessoais, em meio às dificuldades inerentes a uma região como a nossa.

Com êste propósito, foram concluídas as obras de construção do Forum de Justiça e das residências de Juízes e Promotores nos municípios de Coari e Tefé, esperando o Govêrno que, no decorrer dêste exercício e dentro das disponibilidades financeiras, possa estender esta obra a outros municípios, segundo prevê o Plano Qüinquenal da administração estadual, e com isto contribuir para o melhor desempenho da missão nobilitante a cargo da Justiça e do Ministério Público.

18. Organização Policial-Militar

A estrutura policial-militar do Estado, vem passando por uma reforma substancial, visando criar melhores condições para o desempenho destas atividades, dotando-a de pessoal melhor qualificado e que tenha uma retribuição mais condigna com suas atividades. Recursos materiais estão sendo mobilizados, no sentido de um aperfeiçoamento, dentro naturalmente das limitações orçamentárias do Govêrno.

Assim pois, a Polícia Militar do Estado, entregue há mais de um ano ao oficial do Exército coronel José Maury de Araújo Silva, tem proporcionado cursos de especialização a Oficiais, realizados nas Escolas de Polícia e do Exército e mesmo no exterior, contribuindo com isto para melhorar de muito o nível intelectual do oficialato daquela corporação.

No setor da instrução, o Comando da PME tem procurado elevar cada vez mais alto o nível, fiscalizando pessoalmente o Centro de Instrução Militar, que passou a ter maior expressão, com o novo quadro de oficiais-instrutores e com a criação do Gabinete Psicotécnico e do Departamento de Educação Física.

O Gabinete Psicotécnico iniciou suas atividades em outubro do ano passado, com o objetivo de selecionar, classificar e acompanhar psicològicamente os elementos por êle testados, sendo a sua atuação regulamentada por normas próprias específicas para a sua função. O Departamento de Educação Física, tem procurado com entusiasmo e animação, difundir a educação física na Corporação.

Tendo em vista que o prédio onde há vários anos se encontra o Quartel da PME, não mais apresenta condições necessárias, o Govêrno está providenciando a construção de um novo Quartel, em área afastada da cidade, que terá todos os requisitos exigidos para o bom funcionamento da Corporação, sabido que a construção foi planejada especialmente para esta finalidade.

A Polícia Militar está presente em todos os municípios do Estado, através de seus destacamentos naquelas unidades municipais.

Polícia Civil

Da mesma maneira, vem procurando o Govêrno do Estado, imprimir uma nova estrutura aos órgãos da Polícia Civil, de modo a aparelhá-los convenientemente, tanto de recursos humanos como materiais. Assim, pois, foram adquiridas no ano passado, novas viaturas para atender ao policiamento da cidade que, em face do surto desenvolvimentista trazido pela Zona Franca, está a exigir uma vigilância mais eficaz, tendo diminuido de muito, os incidentes de rua dado os patrulhamentos que têm sido feitos na cidade.

O Departamento Estadual de Segurança Pública, hoje dirigido pelo Bacharel Moacyr Souza Alves, empenhou-se no ano passado na repressão ao crime, combate acirrado ao jôgo do bicho, ao lenocínio, assaltos e roubos. Foram expedidas instruções no sentido, sobretudo no interior, para o poder de polícia ter a sua ação apegada à lei, objetivando garantir a tranqüilidade do povo.

Os poucos casos que a Secretaria do Interior e Justiça teve conhecimento, contrários a estas instruções, foram devidamente apurados para a correção legal, tendo havido cuidado, tanto por parte do DESP como da Polícia Militar na seleção dos elementos designados para as Delegacias de Polícia do Interior.

Diversas Delegacias mereceram atenção da Chefia do DESP, com vistas a proporcionar melhor condição de trabalho a seus servidores, assim como outras dependências daquele Departamento, como a Delegacia de Acidentes, tendo sido executados serviços de melhoria do prédio. Veículos considerados imprestáveis foram recuperados e no decorrer dêste ano, deverão ser construídas doze novas Subdelegacias e recuperadas as que estão assim necessitando.

Delegacias

A Delegacia de Roubos e Falsificações vem, dentro de suas atribuições, procurando reprimir e prevenir a onda de assaltos que de vez em quando inquieta a população. Apesar da precariedade de recursos humanos, esta Delegacia durante o ano de 1969, fêz entrega através dos respectivos "autos", de objetos no valor de NCr$ 383.768,00, o que bem diz do trabalho desempenhado por êste setor do DESP, na defesa da propriedade, recuperando grande quantidade de objetos furtados.

Por sua vez, a Delegacia de Segurança Pessoal atuou dentro da competência que lhe cabe, valendo ressaltar que, através das medidas preventivas de batidas de armas, foi possível a apreensão de mais de duzentas armas, tendo sido encaminhados à Justiça, 161 inquéritos, o que comprova a permanente preocupação da delegacia em estar vigilante.

Combate permanente à vadiagem e à prostituição, bem como aos jogos proibidos, foi realizado pela Delegacia de Segurança Pessoal.

O Govêrno reconhece a necessidade de serem tomadas providências urgentes visando melhorar as instalações da sede do DESP, bem como dotá-lo de equipamento técnico, assim como proporcionar remuneração mais condigna aos servidores a quem estão afetas maiores responsabilidades, preparando-se também através de cursos de especialização. Êstes problemas têm merecido a atenção do Govêrno que, no decurso dêste ano, espera ver atendidos alguns dêles, porquanto infelizmente a solução não depende apenas de simples vontade, porém de recursos financeiros disponíveis para a execução dêste programa.

Trânsito

Pela Lei 870, de 4 de julho de 1969, foi estruturado o Departamento Estadual de Trânsito, bem como o Conselho Estadual de Trânsito que, dentro do possível estão elaborando planeja-

mento a ser implantado neste ano, o que certamente melhorará de muito o trânsito de nossa cidade, cujo movimento de veículos em circulação tem crescido consideràvelmente, a exigir um elenco de medidas objetivando a disciplinar e organizar racionalmente êste importante setor da administração. O titular da DETRAN adotou providências que melhorará consideràvelmente o serviço burocrático do órgão, com maior rapidez no andamento dos processos e atendimento das partes, principalmente na vistoria de viaturas e exames de motoristas. O prédio do órgão passou por alguns reparos, dando melhores condições de trabalho a seus servidores.

19. GABINETE DO EXECUTIVO

Casa Civil

Casa Militar

Secretaria de Imprensa e Divulgação

Funcionam como órgãos de assessoramento do Gabinete do Chefe do Executivo, a Casa Civil, Casa Militar e a Secretaria de Imprensa e Divulgação.

Casa Civil

Como órgão de representação civil e de auxílio burocrático do Governador, vem a Casa Civil, tendo como Chefe o doutor João Martins da Silva, desempenhando a contento as suas múltiplas e importantes tarefas, dentre as quais o estudo dos assuntos de caráter administrativo ou político, sendo-lhe subordinado o Serviço Social do Palácio Rio Negro, através do qual, são atendidas diàriamente, pessoas que buscam os mais diversos auxílios do Govêrno, que os tem atendido dentro de suas possibilidades, destacando-se hospitalização, auxílio funeral, passagens, aviamento de receitas, etc.

Por outro lado, coube a Casa Civil prestar assistência aos personagens ilustres que estiveram em visita a Manaus, no decorrer do ano passado, destacando-se entre êstes:

Os Ministros do Interior, da Agricultura e o da Aeronáutica, respectivamente Costa Cavalcanti, Ivo Arzua e Márcio de Souza Melo.

Os Embaixadores da França, do Japão, da Suiça, da República Árabe Unida, da Alemanha e da Finlândia.

O Chefe do Estado Maior das Fôrças Armadas, General Adalberto Pereira dos Santos; General Sizeno Sarmento, Chefe do I Exército; Governador do Espírito Santo, Dr. Cristiano Dias Lopes; além de Diretores e Superintendentes de órgãos da administração federal, bem como estagiários da Escola Superior de Guerra.

Casa Militar

Órgão de representação do Governador do Estado, para assuntos militares, a Casa Militar, tendo como titular o Coronel Themístocles Henriques Trigueiro, vem dando execução às suas finalidades, dentre as quais avulta a supervisão do Serviço de Rádio-Comunicações do Palácio Rio Negro e o Serviço de Segurança.

Secretaria de Imprensa e Divulgação

Como órgão de assessoramento do Governador do Estado em suas relações com a Imprensa, a Secretaria de Imprensa e Divulgação vem desempenhando as suas atribuições dentro de uma perspectiva acertada, calcada numa programação racional, através da qual tem não apenas fornecido diàriamente informações aos órgãos da Imprensa local, sôbre as atividades da administração, como também se empenhado numa ampla divulgação de nosso Estado junto à opinião pública nacional, veiculando a verdadeira imagem do Amazonas, as suas reais potencialidades econômicas e turísticas.

Para tanto, tem divulgado matéria de interêsse do Estado, nos principais órgãos de comunicação social da Imprensa nacional, como também no exterior.

Acreditamos que, graças a esta divulgação orientada, o Amazonas vem tendo uma melhor imagem, desfazendo-se aquêles mitos e incompreensões que apesar de tudo isto, ainda perduram, embora em menor escala, em algumas áreas de nosso país e do exterior.

Vale ressaltar, todavia que, neste particular temos progredido sensivelmente, daí porque damos real importância ao processo de informação, que tem um papel saliente na dinâmica do desenvolvimento social e econômico de nossa região.

Consciente desta realidade, o titular da SID, jornalista Sínval Andrade Gonçalves, tem norteado a ação dêste órgão de modo a alcançar com eficiência seus objetivos, e considerando

a sua função de coordenação dos assuntos do Govêrno do Estado, relacionados com os meios de comunicação social, elaborou estudos visando reestruturar esta Secretaria, com vistas a proporcionar-lhe maiores condições materiais e humanas para melhor executar as suas tarefas.

A Secretaria de Imprensa e Divulgação esteve presente à Semana do Amazonas em São Paulo, realizada no mês de agôsto do ano passado, assessorando o Govêrno nos assuntos que lhe compete, tendo ainda o seu titular acompanhado a Chefia do Poder Executivo em suas viagens ao interior do Estado e ao sul do país.

Por fôrça de decreto governamental, coube a esta Secretaria coordenar as festividades da Semana da Pátria em nossa Capital, tendo seu titular presidido a Comissão Organizadora, que deu cumprimento às recomendações oriundas da Assessoria de Relações Públicas da Presidência da República, com relação ao Sete de Setembro.

Vale destacar o concurso literário promovido pela SID entre os estudantes dos níveis primário, secundário e universitário, sôbre tema relacionado com aquela efeméride maior de nossa História, promoção aliás pela primeira vez levada a efeito em nossa Capital e que teve ampla repercussão no meio estudantil.

Por outro lado, dentro de suas atribuições, a SID assessorou outros órgãos da administração direta e indireta do Estado, em assuntos de sua competência, tendo colaborado com a realização de promoções dentre as quais a Semana da Criança, e campanhas de vacinações a cargo da Secretaria de Saúde.

A SID fornece, diàriamente à Imprensa local, boletim informativo sôbre as atividades do Govêrno, mantendo ainda o programa radiofônico "A Voz do Amazonas" em todos os dias úteis, tendo também iniciado um programa semanal de televisão, a fim de levar ao povo as realizações do Govêrno nos mais diversos setores da administração.

Cabe destacar ainda, haver a SID realizado sob supervisão direta do seu titular, documentários cinematográficos, focalizando diversos aspectos da atuação do Govêrno.

Assim sendo, vem esta Secretaria exercendo as suas atividades através de todos os órgãos de comunicação — jornais, rádio, TV, revistas —, divulgando com seriedade e honestidade os eventos do Govêrno, que faz questão de dar ciência ao povo de suas realizações, pois assim entende estar fazendo, regularmente e de modo espontâneo, uma prestação de contas ao povo, da aplicação dos dinheiros públicos, em favor do maior bem estar social da população e com vistas ao maior desenvolvimento econômico do Estado.

20. REPRESENTAÇÕES

As Representações do Govêrno do Estado, em Brasília, São Paulo e Guanabara, continuam exercendo as suas finalidades para as quais foram instituídas.

Têm funcionado como setores de ligação permanente entre o Govêrno estadual e os órgãos públicos e entidades privadas que funcionam naquelas cidades, como também no acompanhamento de assuntos de interêsse da administração do Estado, junto aos diversos órgãos do Poder Central, dando também assistência aos auxiliares do Govêrno que se deslocam àquelas capitais, a serviço do Estado.

Os amazonenses residentes naquelas cidades, quando necessitados, também têm contado com a ajuda daquelas Representações, destacando-se, por exemplo a da Guanabara, pelo maior número de amazonenses alí radicados ou que viajam para tratar de interêsses particulares, principalmente quando a tratamento de saúde.

A Representação de São Paulo, teve participação destacada quando da realização da Semana do Amazonas na capital paulista, tendo colaborado bastante com aquela promoção.

21. TURISMO

Já temos manifestado em diversas oportunidades, a importância que reconhecemos no turismo racionalmente explorado, como fator de desenvolvimento de nossa região, que oferece condições excepcionais para a implantação desta atividade em têrmos altamente produtivos.

O Plano Qüinquenal do Govêrno do Estado, na parte referente ao turismo, traçou as diretrizes e delineou a filosofia a seguir, com vistas a dinamizar o turismo em nossa área, para o que impõe a implantação de uma infraestrutura que ofereça condições seguras para o desenvolvimento desta atividade.

Neste sentido e seguindo a orientação governamental, o Departamento de Turismo e Promoção vem procurando cumprir uma política de turismo mais realista e objetiva, para o que, por meio de diversas promoções internas, tem conseguido criar uma mentalidade turística em nossa população, condição indispensável para a demarragem de um plano de turismo.

No tocante à divulgação de nosso Estado, como área turística, firmou o DEPRO um convênio com a Secretaria de Turismo de São Paulo, que resultou na impressão, por parte daquêle órgão paulista, de folhetos e cartazes, todos baseados em motivos amazônicos, com excelente apresentação gráfica, os quais tiveram ampla distribuição, não apenas em nosso país, como também no exterior.

Dentre as promoções levadas a efeito pelo DEPRO, em Manaus, no ano de 1969, conta-se a realização do Festival de Música Popular e o I Festival Norte de Cinema Brasileiro, êste último de caráter nacional, e que serviu como excelente oportunidade para divulgar o nosso Estado, em todo o país, paralelamente à circunstância de tornar o Amazonas um ponto de atração do novo cinema nacional. Esta promoção, que deverá se

repetir anualmente, reuniu diretores, cineastas e atores de destaque da cinematografia nacional, e tenderá a aglutinar, em Manaus, um número cada vez maior de participantes.

A preocupação do Govêrno de incrementar, numa escala cada vez mais crescente, o turismo em nossa região, fêz com que se pensasse numa reestruturação do Departamento de Turismo e Promoção, para o que foram elaborados estudos baseados em experiências de centros turísticos nacionais e mesmo do exterior, recomendando a criação da Emprêsa Amazonense de Turismo (EMAMTUR), que substituirá o DEPRO, atualmente sob a direção do Bacharel Joaquim Marinho, esperando-se que o novo órgão traga realmente inestimáveis vantagens para a dinamização da indústria do turismo em nosso Estado, porquanto terá melhores condições para atuar, com uma estrutura administrativa mais flexível e mais dinâmica.

22. ESPORTES

O esporte também vem merecendo a atenção e o apôio do Govêrno do Estado. Neste setor, a meta principal reside na construção do estádio "Vivaldo Lima", cujas obras prosseguem em ritmo normal, e estarão definitivamente concluídas em dezembro dêste ano. Todavia, já a partir de abril vindouro, aquela praça de esportes estará em condições de jôgo.

Dotado de amplas e modernas instalações, o estádio "Vivaldo Lima" tem sua capacidade projetada para 75 mil espectadores, distribuídos entre os setores das gerais, arquibancadas e cadeiras cativas.

Esta obra terá, sem dúvida, profundas implicações no desenvolvimento do esporte baré, principalmente do futebol, que ganhará novas dimensões e cujo progresso irá acentuar-se ainda muito mais.

Realiza, desta forma, o Govêrno estadual, uma das maiores aspirações dos desportistas amazonenses, acalentada durante mais de duas décadas.

Por outro lado, o Govêrno do Estado, tem colaborado financeiramente com delegações ou representações individuais, a fim de participarem de promoções em outras capitais, representando o nosso Estado.

23. RELAÇÕES COM ENTIDADES DIVERSAS

Um dos objetivos do Plano Qüinquenal do Govêrno do Estado, é o de evitar a dispersão de recursos financeiros e o paralelismo de ação, de modo a obter o maior rendimento possível da atuação dos diversos órgãos estabelecidos em nossa área.

A complexidade dos problemas de nosso Estado, com mais de hum milhão e meio de quilômetros quadrados, com um orçamento insuficiente para levar avante um programa que atenda às necessidades de todos os municípios, torna-se imperioso e necessário que haja uma conjugação de esforços de tôdas as entidades, considerando que na realidade todos tendem para uma finalidade comum, qual seja a efetiva integração e ocupação de nossa região.

Graças a esta mentalidade, tem-se obtido bons resultados na solução de problemas que não poderiam ser enfrentados apenas pelo Estado, ou por um único órgão da administração pública.

Em suas relações com as diversas entidades que atuam no Amazonas, o Govêrno do Estado tem procurado colaborar dentro de suas possibilidades, no sentido de que cada um realize seus planos em proveito do maior desenvolvimento de nossa região e assim realizando-se um trabalho produtivo.

Vale ressaltar que o Executivo tem tido as melhores relações com os Poderes Legislativo e Judiciário, num intercâmbio que muito tem beneficiado a todos, dentro de um clima de elevado respeito, no que há resultado um ambiente de harmonia e bons entendimentos.

FÔRÇAS ARMADAS

As Fôrças Armadas vêm se constituindo num instrumento dos mais eficazes, na luta pela integração e ocupação da região amazônica.

O Exército tem sido uma afirmação constante e patriótica, com vistas à preservação e a garantia da posse de uma área que tem uma linha de fronteira internacional de cêrca de 11.000 kms. de extensão e que cobre 60% do território nacional, constituindo-se num dos maiores espaços vazios do mundo.

Através de suas unidades de fronteiras, ou pela atuação dos Batalhões de Engenharia, o Exército tem contribuido de maneira decisiva para o maior desenvolvimento da Amazônia.

Destaque-se pela importância histórica que representa para o nosso Estado, a instalação no ano passado, em nossa Capital, da sede do Comando Militar da Amazônia e da 12.ª Região Militar, tendo como primeiro comandante, o General Rodrigo Octávio Jordão Ramos, militar a quem muito deve a região amazônica, principalmente o setor ocidental, cabendo-lhe dinamizar e imprimir novas dimensões à ação do Exército na Amazônia Brasileira.

A Fôrça Aérea Brasileira, por sua vez, é uma presença também atuante em nossa região, a afirmar a tenacidade e o idealismo que caracteriza a ação dos nossos bravos aviadores, na integração da Amazônia, unindo irmãos dispersos na vastidão desta área, levando a recantos longínquos a mensagem da civilização.

Com vistas a ampliar a sua atuação na Amazônia Ocidental, a Aeronáutica fêz instalar em Manaus, um Grupamento, para em seguida implantar a Base Aérea, para o que já foram iniciadas inúmeras obras, em terras doadas pelo Govêrno do Estado.

Da mesma forma, valiosa tem sido a contribuição da Marinha de Guerra do Brasil, que tem procurado expandir a sua atuação na Amazônia Ocidental, para o que está prevista a instalação de uma Base Naval em Manaus, no que foi antecedida pela criação de um Distrito Naval em nossa Capital.

Também para as futuras instalações daquela Base, o Govêrno do Estado fêz doar à Marinha, áreas de terras necessárias àquele importante empreendimento.

ZONA FRANCA

A institucionalização da Zona Franca de Manaus com o seu elenco de incentivos fiscais especiais, tem positivado o acêrto da política de integração para a Amazônia Ocidental. A expansão da economia amazonense nestes dois últimos anos, atesta a eficácia dessa política. Estimativas preliminares, revelaram que o Produto Interno Bruto do Estado cresceu em 1968, a uma taxa de 15%, valor bastante expressivo, que vem caracterizar a arrancada desenvolvimentista do Amazonas. A receita geral do Estado em 1968, aumentou em 113% em comparação com a do exercício de 1967, enquanto que o ICM, principal fonte de receita estadual, elevou-se naquele ano em 31%, tendo alcançado índice expressivo no ano passado, da ordem de 60%.

Os indicadores dessa explosão de crescimento entre outros são os seguintes :

a) a evolução das importações totais do Amazonas, que em têrmos reais, isto é, em valores monetários ajustados, cresceram 88,6% em 1969, relativamente aos níveis de 1967;

b) a renda familiar mensal na cidade de Manaus, segundo levantamento feito pela CODEAMA, cresceu 64% em têrmos reais, entre maio de 1966 e abril de 1968;

c) a elevação do número de cheques na Câmara de Compensação do Banco do Brasil teve um aumento de 61% em 1968, relativamente a 1967, tendo seu valor total se elevado em 70%, em têrmos nominais;

d) a expressiva evolução das operações bancárias no Amazonas, cujo saldo dos depósitos, em 31 de dezembro de 1968, cresceram, em valores reais, em 82% entre 1959 e 1968; entre 1967 e 1968, verificou-se 50% dêsse crescimento. Quanto às aplicações do sistema bancário, elevaram-se em 59% no período correspondente, tendo havido entre 1967 e 1968 um crescimento total de 37%, isto é, uma expansão real de 24%. Vale ressaltar que a maior parte dêsse crescimento se verificou em 1968, com o pleno funcionamento da Zona Franca de Manaus.

O Govêrno do Estado, procurando complementar a ação do Govêrno Federal, instituiu sua própria política de incentivos fiscais, consubstanciada na Lei n.º 839/68. Por outro lado, tem colaborado com a Superintendência da Zona Franca de Manaus, com vistas a plena consolidação dêste órgão, principalmente na implantação do Distrito Industrial e do Distrito Agropecuário.

E sempre que a legislação pertinente ao funcionamento normal da Zona Franca estêve ameaçada por fôrça de interpretações errôneas, o Govêrno do Estado fez-se presente junto aos órgãos do Govêrno Central, aos quais o problema está afeto, defendendo a instituição daquele organismo, através de estudos realizados, entre os quais demonstrou a improcedência de que o comércio da Zona Franca estaria prejudicando a indústria nacional de eletro-domésticos, pois o total das importações do exterior feitas pela ZFM, inclusivè petróleo e trigo em 1968, correspondeu apenas 2% (dois por cento) do total das importações brasileiras.

Portanto, longe estamos de atingir a indústria nacional ou ao menos molestá-la. Pelo contrário, as nossas importações de origem nacional aumentaram em têrmos nominais, de 1966 para 1968, de cêrca de 100% (cem por cento) e isso justifica-se pelo aumento de poder de compra que teve a população, em razão da diminuição dos preços dos bens comercializados na Zona Franca.

Dessa forma, se robustece ainda mais a nossa tese de que a experiência da SUFRAMA deve ser continuada tal como foi criada, a fim de que se possa manter a mística do desenvolvimento atualmente observada, e para cuja consolidação o Govêrno estadual implantou as obras de infraestrutura sem as quais dificilmente o processo desenvolvimentista teria prosseguimento.

Como resultado dos estímulos fiscais concedidos para esta área, bem como o esfôrço concentrado dos Governos Federal e Estadual, vários empreendimentos industriais e agropecuários estão sendo implantados no Amazonas, ou mais precisamente em Manaus, alguns já em funcionamento e outros em fase de projetamento.

No ano de 1969, a CODEAMA analisou quinze projetos, totalizando investimento de mais de NCr$ 200 milhões, e representando novas oportunidades de emprêgo a cêrca de três mil pessôas.

Por tudo isto, temos acentuado que qualquer modificação que altere as disposições do Decreto-Lei n.º 288/67, diminuindo os benefícios ali contidos, trará, sem dúvida, conseqüências imprevisíveis e contrárias aos objetivos da política de integração.

S U D A M

Com a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), tem o Govêrno do Estado mantido as melhores relações, tendo tomado parte em tôdas as reuniões do Conselho Deliberativo, mensalmente realizadas em Belém.

Dentre os projetos a cargo do Govêrno do Estado, que têm contado com dotações orçamentárias dêste órgão, incluiu-se o novo serviço de abastecimento de água de Manaus.

Como órgão de coordenação e execução da política do Govêrno Federal na área amazônica, a SUDAM vem procurando cumprir com suas finalidades, tendo a sua atual administração colocado em execução um programa objetivando descentralizar a ação administrativa do órgão, com isto dando maior autonomia às suas Delegacias.

UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

O Govêrno do Estado do Amazonas, tem contribuido para a efetiva consolidação da Fundação Universidade do Amazonas, o que vem ocorrendo desde a sua implantação, através da doação de imóveis para a instalação de suas Faculdades.

Através de convênio, a rêde hospitalar do Estado foi colocada à disposição dos alunos da Faculdade de Medicina, para a realização das indispensáveis aulas práticas.

Tendo a educação como uma das metas principais do seu Plano Qüinquenal, o Govêrno do Estado não poderia, desta forma, deixar de emprestar a sua colaboração para com a Universidade do Amazonas, por se tratar de um instrumento de transcedental importância para o desenvolvimento social e econômico de nossa região.

I N P A

Reconhecendo a importância do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), no processo de desenvolvimento da região, o Govêrno do Estado sempre que solicitado, tem emprestado sua colaboração para a execução dos objetivos dêste órgão, sem cujo trabalho, jamais poder-se-á conhecer em sua realidade, o potencial econômico desta área.

A pesquisa é fundamental ao processo de desenvolvimento. É tarefa indispensável, da qual o INPA poderá desincumbir-se a contento, desde que lhe sejam fornecidos os recursos financeiros necessários à execução de seus projetos.

Para a construção das novas instalações do INPA, inclusivè sua sede, o Govêrno do Estado procedeu a doação de uma área à margem da estrada do Aleixo.

I N D A

Diversos convênios firmou o Govêrno com o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), entre os quais, objetivando o treinamento de líderes e trabalhadores rurais, a fim de levar ao campo, ensinamentos referentes à agricultura, pecuária e economia doméstica, sobretudo através das lideranças, com vistas à implantação dos serviços de extensão rural adaptado às características locais e demais tipos de programas educativos para a área.

O estudo básico da realidade agro-sócio-econômica de municípios do Amazonas, para programar-se doravante, os projetos

de desenvolvimento econômico de suas atividades agrícolas, sociais e econômicas, foi igualmente objeto de convênio.

Os projetos executados pela Secretaria de Produção, relativos à Granja Demonstração, indústria de calcáreo, usina de beneficiamento de cereais e o mercado do produtor de Manaus, os primeiros já em funcionamento, tiveram a colaboração financeira do INDA.

ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS

Um dos objetivos do Plano Qüinquenal do Govêrno estadual, reside na melhoria das condições dos municípios amazonenses, para o que vem levando a efeito um amplo programa nos setores de saúde pública, educação, telecomunicações, eletrificação, criando assim as condições infraestruturais necessárias ao desenvolvimento daquelas unidades municipais e ao maior bem-estar social de suas populações.

Através de seu Departamento competente, a Secretaria do Interior e Justiça tem dado assistência técnica e jurídica às administrações municipais do nosso interior, tendo realizado, através convênio com o Serviço Nacional de Municípios, o programa denominado "Município-Escola Itinerante", que proporcionou cursos intensivos a diversos municípios hinterlandinos, em alguns dos quais foi elaborada a reforma administrativa.

No tocante à administração municipal da Capital, cujo prefeito é nomeado pelo Govêrno do Estado, diversas obras têm sido executadas, as quais contribuiram sensìvelmente para o maior embelezamento de nossa cidade, cujo progresso tem se acentuado na administração do prefeito Paulo Pinto Nery.

ACAR-AM.

Também com a Associação de Crédito e Assistência Rural do Amazonas, tem o Govêrno estadual mantido convênios, objetivando levar ao meio rural, ensinamentos para a introdução de

métodos modernos e mais eficientes às atividades agrícolas de nosso Estado, que ainda se submete a sistemas primários e obsoletos.

O trabalho que a equipe da ACAR-Am realiza em nosso interior, é digno de louvor e aplausos. No futuro, êste trabalho melhor apresentará seus resultados, com o aumento da produtividade que certamente ocorrerá no setor agrícola de nosso Estado e com a elevação do padrão de vida dos habitantes do campo.

C E M

Enquanto a eletrificação dos municípios do interior do Estado, está afeta ao Govêrno do Estado, através da CELETRAMAZON, a capital amazonense tem seu serviço de energia elétrica a cargo da Companhia de Eletricidade de Manaus, emprêsa que vem dando cumprimento às suas reais finalidades, estando atualmente em fase de grande expansão, cujo programa tem contado com a colaboração do Govêrno estadual.

Durante o exercício de 1969, o Govêrno do Estado investiu NCr$ 3.542.000,00 (três milhões, quinhentos e quarenta e dois mil cruzeiros novos) por intermédio da CELETRAMAZON, na subscrição de ações para aumento de capital daquela emprêsa.

OPERAÇÃO RONDON

Mais uma vez recebeu o Amazonas a visita dos integrantes do Projeto Rondon, iniciativa das mais felizes já criadas em nosso país, e que vem dando excelente oportunidade a que os jovens universitários se engajem realmente no processo desenvolvimentista brasileiro.

É digno de louvor o trabalho que êste Projeto vem realizando, utilizando-se do entusiasmo, do idealismo e do patriotismo de nossa juventude.

Aos jovens que atuaram êste ano no Amazonas, na Operação Rondon, o Executivo estadual dirigiu-lhes a seguinte Mensagem,

por ocasião do término das atividades daquele Projeto, no corrente exercício:

"Meus caros jovens:

Viestes de muito longe, do sul, do centro-oeste, do nordeste, trazendo-nos uma alvissareira mensagem impregnada de elevado patriotismo, na prática do novo bandeirantismo que projetará para as páginas de nossa História, a decisiva participação de vossa geração na batalha que se empreende nesta década, para dar ao Brasil novas dimensões de grandeza e prosperidade para todos os seus filhos.

Viestes com o coração aberto e a alma cheia de esperanças, de propósitos sadios, puros, para conhecer as grandezas e as deficiências desta vasta região, que aguarda apenas que os brasileiros — idealistas como vós —, através da inteligência, da imaginação e do esfôrço, mobilizem os recursos naturais desta área, ainda não totalmente conhecidos na sua potencialidade.

Ao voltardes para os vossos lares, para a continuação de vossos estudos, podeis ter a certeza de que, deixastes nos corações de todos os amazonenses, principalmente daqueles nossos irmãos que habitam às margens de nossos rios, u'a Mensagem de fé e de estímulo para que continuemos nesta luta diuturna em prol do desenvolvimento de nosso Estado, o qual tivestes oportunidade de conhecer e sentir de perto e assim melhor aquilatar as dificuldades de um governante frente a um Estado com mais de hum milhão e meio de quilômetros quadrados.

O trabalho que realizastes em favor de nossos irmãos, jamais será esquecido, e manifesto, em nome dêles, os mais sinceros agradecimentos pela valiosa contribuição que deixastes em forma de pesquisas promovidas de atendimento médico-odontológico e principalmente, do confôrto moral que a vossa presença marcou na existência difícil daqueles homens, mulheres e crianças, em favor de quem, o meu Govêrno tem voltado as suas vistas, planejando e executando obras que irão abrir novos horizontes às populações hinterlandinas.

O vosso engajamento neste extraordinário e notável Projeto Rondon, engrandece e dignifica a geração atual e certamente servirá como instrumento de maior aproximação entre todos os brasileiros e muito contribuirá para que as grandes disparidades regionais desapareçam de nosso mapa.

Meus caros jovens do Projeto Rondon: a Amazônia que conhecestes muito espera de cada um de vós e confia no vosso idealismo e patriotismo.

Ide em paz e aqui permanecemos a vossa espera de braços abertos.

Até breve, meus jovens" !

Composto e Impresso na Gráfica Palácio Real - Editora - Manaus-Am.

Secretaria de Estado
de Cultura e
Economia Criativa

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO
TRABALHO QUE TRANSFORMA

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.

ACERVOS DIGITAIS
https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804
cdmam@cultura.am.gov.br
acervodigitalsec@gmail.com

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM